



Marcio Contente Arese

**Interpretação e construção em psicanálise:
uma visão desde a definição matemática dos conceitos
de sujeito e objeto a**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia do Departamento de Psicologia da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Marcus André Vieira

Rio de Janeiro
Março de 2011



Marcio Contente Arese

**Interpretação e construção em psicanálise:
uma visão desde a definição matemática
dos conceitos de sujeito e objeto a**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Marcus André Vieira

Orientador

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Prof. Paulo Eduardo Viana Vidal

Centro de Estudos Gerais- UFF

Profa. Nuria Malajovich Muñoz

Universidade Federal Fluminense - UFF

Profa. Denise Berruezo Portinari

Coordenadora Setorial de Pós-Graduação
e Pesquisa do Centro de Teologia
e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, ___/___/2011.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

Marcio Contente Arese

Bacharel em Informática e Psicólogo formado pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Especialista em Psicanálise e Laço Social pela UFF.

Ficha Catalográfica

Arese, Marcio Contente

Interpretação e construção em psicanálise : uma visão desde a definição matemática dos conceitos de sujeito e objeto a / Marcio Contente Arese ; orientador: Marcus André Vieira. – 2011.

87 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2011.

Inclui bibliografia

1. Psicologia – Teses. 2. Interpretação. 3. Construção. 4. Sujeito. 5. Objeto a. 6. Matemática. I. Vieira, Marcus André. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD: 150

Ao Clauze, in memorian.

Agradecimentos

Ao Marcus André Vieira, meu orientador, pelo acolhimento, pelas exposições magistrais em suas aulas e seminários, pelas orientações justas e pela paciência.

À Lilian, pela paciência.

Aos integrantes da pesquisa, Daniele Menezes, Anna Luíza Almeida e Silva, Andrea Vilanova, Elisa Werlang, Juliana Prado, Bruna Guaraná, Norma Cavalcanti, Rodrigo Rodrigues e Vanya Dodeles, cujas contribuições serviram-me de matéria-prima.

À Maria Cecília Bittencourt, pela força.

Aos professores que participam da Comissão Examinadora.

A CAPES e a PUC - Rio, pelo incentivo à realização deste trabalho.

Resumo

Arese, Marcio Contente; Vieira, Marcus André (Orientador). **Interpretação e construção em psicanálise: uma visão desde a definição matemática dos conceitos de sujeito e objeto a** . Rio de Janeiro, 2011. 87p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A dissertação se propõe a mostrar que através do modo como define os conceitos de sujeito e objeto a , Jacques Lacan resume o que há de mais radical nas operações de interpretação e de construção freudianas, apresentando uma epistemologia capaz de formalizar o funcionamento da interpretação, localizar seus impasses, seus limites, e justificar a necessidade da construção em psicanálise, dizendo também o que está em jogo nesta. Aponta afinidades entre a psicanálise e a matemática, e utiliza os recursos desta apoiando-se nos trabalhos de Frege, Badiou, Dedekind e Russel para a definição de sujeito e objeto a , identificando o primeiro com o zero e identificando o segundo tanto com o "excesso" que representam algumas operações na teoria dos conjuntos, quanto com o número irracional. Após, mostra a insuficiência da relação de simples oposição com as quais atrela inicialmente todos esses termos para superá-la através de uma relação quaternária – de implicação recíproca e de conjunção-disjunção – que, subvertendo as referências espaciais e temporais usuais, se mostra mais afeita a dar conta da experiência analítica.

Palavras-chave

Interpretação; construção; sujeito; objeto a ; matemática.

Abstract

Arese, Marcio Contente; Vieira, Marcus André (Advisor). **Interpretation and construction in psychoanalysis: a view from the mathematical definition of the concepts of subject and object a** . Rio de Janeiro, 2011. 87p. MSc. Dissertation – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This dissertation intends to show that through the way that defines the concepts of subject and object a , Jacques Lacan summarizes what is most radical in the freudian operations of interpretation and construction, presenting an epistemology capable to formalize the operation of interpretation, to point their impasses, its limits, and to justify the need of the construction, also saying what is at stake in this. It points affinities between psychoanalysis and mathematics, and uses its resources, relying on the works of Frege, Badiou, and Russel Dedekin to define subject and object a , identifying the first with zero and identifying the second with both the "excess" that represent some operations in set theory, and also the irrational number. After, shows the insufficiency of the relationship of simple opposition that uses initially to link all these terms, to overcome it through a quaternary relationship – mutual implication and conjunction-disjunction – which, subverting the usual temporal and spatial references, is best suited for capture the nature of the analytical experience.

Keywords

Interpretation; construction; subject; object a ; mathematics.

Sumário

Introdução	10
1. O zero do sujeito	18
1.1. O zero e a revolução científica do século XVII	18
1.2. A natureza do número	22
1.3. O estatuto da palavra e o sujeito	25
Interlúdio (I): do sujeito ao objeto	29
2. O excesso irracional do objeto	33
2.1. A teoria dos conjuntos	33
2.2. O excesso	36
2.3. O irracional	39
2.4. As dimensões do objeto: do desejo, do amor e do gozo	43
2.5. A angústia	49
2.6. O anarmônico	51
2.7. A letra	53
Interlúdio (II): sujeito \diamond objeto	54
3. Interpretação e construção	58
3.1. Interpretação e sujeito	58
3.2. Da interpretação à construção	67
3.3. Construção e objeto	71
3.4. Interpretação \diamond construção	75
Conclusão	79
Referências bibliográficas	83

Todo esforço por estruturar uma matéria é um delírio. Evidentemente, a questão do delírio científico se coloca, muito mais inquietante que os outros, porque isso responde do outro lado, na natureza, ou antes de tudo, no real.

Jacques-Alain Miller (1996a, p.100)

Introdução

Que faz exatamente o analista? Essa é sua pergunta a ele mesmo. Que deve fazer para obrar conforme a essência da psicanálise?

Jacques-Alain Miller, 1992a: 178

Vivemos um momento em que as bancas de revistas mais parecem árvores carregadas de frutos da felicidade. Ao lado de antigas máximas de filósofos pré-socráticos, encontram-se penduradas ali diversas orientações para a vida e também várias propostas terapêuticas: pílulas, meditações, energizações, exercícios físicos transformadores, etc. Esta é uma situação perfeita para lançar um espírito questionador ao trabalho e partimos dela em nossa dissertação, uma vez que apresenta os elementos que participaram de nosso percurso de vida, nele fazendo questão. Assim é que a ciência e a religião permitem classificar a totalidade desses “frutos”, pois podemos encontrá-las suportando de modo explícito ou implícito essas orientações e propostas.

Não é de hoje que se fazem sentir os efeitos do discurso científico sobre os mais diversos aspectos da vida humana, mas, atualmente, em um movimento talvez definitivo, a ciência avança com todas as suas forças sobre o psiquismo para anexá-lo aos seus domínios; reclama-o para si, reclama ser aquela que dirá sobre a sua natureza. Localizando-o no sistema nervoso, complexifica ao máximo o modelo do arco reflexo para dar conta de toda manifestação humana e clinicá-la – no mais das vezes, através de substâncias que regulam as trocas químicas entre os neurônios.

Nessa situação, uma coisa torna-se ponto pacífico: o que existe é o que pode ser detectado por um aparelho, o que pode produzir uma imagem; caso contrário, inexistente, não pode ser considerado como causa de sintomas – em suma, não pode ser levado a sério. E apontar os fracassos da ciência objetivando o seu descrédito é um mau caminho, uma vez que o “ainda não obtido” é a mola mesma que move a sua engrenagem. Esse parece ser mesmo o lema da ciência: “hoje não sabemos, amanhã saberemos”, não havendo para ela o impossível.

Por outro lado, assistimos um incremento na busca pela religião, em um movimento talvez reativo visando preservar isso que não encontra lugar nas áridas formalizações científicas, que é delas expulso por uma questão mesma de princípio¹. Então esse “hoje inexplicável”, enquanto aguarda a sua localização material, pode também ser formulado como uma questão religiosa – e cada um pode recolher seus exemplos de como a causa disso que manca na vida pode ser situada em mundo além. Satisfazemo-nos em citar apenas os termos *karma* e expiação, dependentes todos da célula imortal da alma.

Nosso percurso, que citamos, iniciou-se no contato com a religião católica cristã, contato realizado tanto pelo simples fato de participarmos de uma cultura ocidental, quanto por uma micro-imersão ocorrida após a primeira comunhão. O domínio do pensamento científico se seguiu a uma relativa queda da religião – pois que não definitiva – e nos levou à graduação em ciência da computação. Uma segunda visita à universidade em virtude do curso de psicologia não significou um retorno às questões humanas da religião, mas bem poderia ter significado, ao contrário, uma continuidade da tendência científica, pois os saberes psicológicos não destoam do que falamos. O próprio aluno de psicologia parece pretender sair do *campus* levando debaixo do braço um manual de procedimentos. Por trás disso está uma forma de ver a experiência, uma epistemologia, que não difere da que acabamos de mostrar: um sujeito pré-determinado por quaisquer parâmetros, de um lado, e uma realidade acolhedora, dada, de outro; os sintomas, aí, são como corpos estranhos que, de alguma forma, vieram atazanar uma harmonia primeva ou prometida e são passíveis de serem eliminados. Esse quadro se arrasta desde os finais do século XIX, desde a constituição da psicologia como uma ciência estreitamente ligada à ideia da existência de fatos mentais e de leis que os governariam: fatos que comporiam uma realidade mental acessível à observação como a realidade física e que, assim como esta, estaria submetida ao determinismo da natureza (Cf. BLANCHÉ, 1934).

¹ “Há uma necessidade cada vez mais premente de distinguir do corpo-máquina a alma – uma célula fundamental de energia vital que não se deixa apreender ou manusear” (VIEIRA, 2008: 50-51).

Mas essa não foi a consequência do nosso retorno; ali pela primeira vez travamos contato com a psicanálise, uma teoria que se mostrou diversa. Podemos dizer: apesar de tudo isso, a psicanálise.

A posição que esta ocupa no mundo dos saberes psicológicos é muito controversa. Se por um lado coleciona atestados de óbito lavrados pelas mais questionáveis fontes, por outro diversas práticas se dizem “de orientação psicanalítica”. Esquartejada, alguns termos seus foram tomados de empréstimo e utilizados para avaliar causas particulares, para se chegar aonde se queria. Outros foram entendidos em sua significação comum no léxico e damos como exemplo a interpretação, vista como uma simples tradução do dito ou um aconselhamento quando não é acusada de ser um exercício de poder do analista sobre o paciente ou de uma fala suportada apenas por algum dom oculto do interlocutor. Assim, a psicanálise acaba sendo posta, conforme seja cômodo para a crítica, na mesma fileira dos que praticam a ortopedia da palavra amparados em uma ciência – os especialistas – ou na dos que se amparam no bom senso ou em alguma ideia esotérica – comumente acusados de empulhação ou de prática religiosa. Ainda acontece de os trabalhos pré-psicanalíticos de Freud e aquele que ele mesmo não publicou ² serem utilizados para justamente validar asserções atuais das neurociências contra a própria psicanálise. Eis exemplos de como os princípios desse “estranho vírus” permanecem, assim, velados.

Então, podemos dizer: a psicanálise, uma desconhecida. Tendo apresentado o inconsciente, a psicanálise acrescentou uma terceira causa para os sintomas, não pensada até então e não redutível às demais. Essa novidade deu origem a um proceder analítico indissociável³ de uma epistemologia que coloca a proposta da psicanálise, de Freud a Lacan – ou com Lacan –, ao lado dos outros discursos vigentes, como uma alternativa para o tratamento do mal estar atual. É importante frisar que, colocando as coisas desse modo, não tomamos partido na disputa que visa a determinar qual desses discursos mantém uma relação mais próxima com o real ou qual descreve as coisas como elas *realmente* são. A

² Nos referimos ao *Projeto para uma psicologia científica* (FREUD, 1950[1895]).

³ “Não se pode deixar de pensar que a teoria da psicanálise, e ao mesmo tempo sua técnica, que não formam mais que uma única e mesma coisa [...]” (LACAN, 1953a: 14).

sobrevivência desses discursos, a sua “utilização” no presente, basta-nos como prova do valor de cada um deles.

Consideramos razoável pensar que cada discurso, pensamento ou disciplina que tome como objeto o homem define, explicita ou implicitamente, uma experiência, definindo o sujeito sobre o qual pretendem atuar e também o que entendem por objeto. A psicanálise apresenta a sua própria experiência, aquela tornada acessível pela invenção do dispositivo analítico. Mas se Freud não chegou a formalizar os polos dessa experiência, Jacques Lacan, relendo a obra do primeiro, o fez explicitamente.

Uma psicanálise faz-se através de uma série de encontros chamados sessões. Espera-se do paciente que compareça regularmente, fale e pague. Do analista, espera-se que realize intervenções nessas falas. A intervenção ficou conhecida como *interpretação*, que se pensou ter como objetivo o deslocamento ou mesmo a eliminação dos sintomas. A prática mostrou que fracassou a pretensão da interpretação em ser a única ferramenta do analista, que esta encontrou um limite, e a psicanálise, um impasse. Basicamente foi uma questão de determinar se a série de sessões é uma série finita ou infinita (Cf. FREUD, 1937a). Foi com esse pano de fundo que Freud nos disse que:

[...] o trabalho de análise consiste em duas partes inteiramente diferentes [...]. Todos nós sabemos que a pessoa que está sendo analisada tem que ser induzida a recordar algo que foi por ela experimentado e recalado [...]. “Sua tarefa [do analista] é a de completar aquilo que foi esquecido a partir dos traços que deixou atrás de si ou, mais corretamente, construí-lo” (1937b: 276).

Utilizamos essa citação, que antecipa muitos termos, para mostrar que no rol do “fazer” do psicanalista passaram a existir duas operações: a *construção* somou-se à *interpretação*.

Após essa longa e necessária digressão, podemos então revelar nosso objetivo: *mostrar que através do modo como define os conceitos de sujeito (S) e objeto (a) Jacques Lacan resume o que há de mais radical nas operações de interpretação e de construção freudianas. Ou seja, intentamos mostrar que com esses dois conceitos Lacan cria uma epistemologia capaz de formalizar o funcionamento da interpretação, localizar seus impasses, seus limites, e justificar a necessidade da construção em psicanálise, dizendo também o que está em jogo*

nesta. Após, procuramos mostrar a insuficiência da relação de simples oposição com as quais apresentamos esses termos para superá-la através de uma relação quaternária – de implicação recíproca e de conjunção-disjunção – que, subvertendo as referências espaciais e temporais usuais, se mostra mais afeita a dar conta da experiência analítica.

Mas esse objetivo será alcançado de maneira especial.

Se insistimos até aqui na especificidade da psicanálise, isso não implica em desconsiderar o que da ciência e da religião ela possa ter tomado de empréstimo: nem ciência, nem religião, a psicanálise foi no entanto colocada “entre” elas por Jacques Lacan em seu décimo primeiro seminário (1964). Queremos chamar a atenção para o que da ciência a psicanálise aproveitou.

Na aurora do século passado Freud trouxe ao mundo o inconsciente como causa dos sintomas. Sem tomar esta causa como *natural* – envolvendo, p.ex., trocas neuroquímicas – nem como *sobrenatural* – como um plano além-matéria influenciando o destino, Freud passou ao largo do dualismo corpo-alma. Descreveu esta estranha entidade valendo-se de uma linguagem que, se por um lado foi merecidamente premiada pelo estilo, manteve boa parte de seus leitores refêns de suas ilustrações, imagens, enfim, as metáforas das quais lançou mão. O resultado, segundo Jacques Lacan, foi desastroso: o texto foi lido sem malícia, as metáforas tomadas como a própria coisa; o inconsciente foi reduzido a um saco onde se escondia um saber como historinha ou tendências biológicas à espera de emergirem à luz da consciência (LACAN, 1957: 513). Entendido a partir de coordenadas já conhecidas, a novidade que veiculava e sua virulência foram anuladas⁴.

Em sua tentativa de reverter esse quadro, Lacan buscou uma linguagem mais afeita a transmitir a peculiar natureza do inconsciente, e para isso recorreu aos mais diversos saberes. Em meio a estes, espanta ver a matemática sendo utilizada para ajudar os psicanalistas a retomarem o rumo, a entenderem o *do que*

⁴ Cf. nesse sentido, Lacan, sobre a situação da psicanálise em sua época, p.ex., “[...], a vulgaridade dos conceitos a que sua prática recorre, os alinhavos do pseudofreudismo que nela já não passam de ornamento, e ainda o que convém chamar de descrédito em que ela prospera, atestam em conjunto sua [da psicanálise] renegação fundamental” (LACAN, 1957: 532). Essa renegação levou Lacan a marcar a diferença entre o inconsciente e tudo aquilo que pudesse ser posto na conta de um instinto, de algo arcaico ou primevo em nós, ou de uma fase em um suposto desenvolvimento psíquico (LACAN, 1964: 844-845).

*se trata na psicanálise*⁵. Impossível perceber seu valor nesse contexto se nos atemos ferrenhamente à oposição entre ciências exatas e humanas: afinal, como isso de que a teoria psicanalítica cuida, nosso grão mais subjetivo, que se apresenta como a vida quando ela parece não querer caber na vida que se leva pode ter a ver com uma matéria para a qual tudo parece ser tão pão-pão, queijo-queijo?⁶

Queremos então lançar mão desse “suporte inesperado” – o do cálculo – e exemplificá-lo. Completamos então o nosso objetivo: *as definições de sujeito e de objeto dadas pela psicanálise serão elucidadas através daquelas que se utilizam dos recursos da matemática.*

Em seu ensino, Lacan sublinhou que não surpreende a muitos – nem aos psicanalistas – o fato de a psicanálise produzir seus efeitos peculiares sendo uma prática que transcorre somente em palavras a ponto de isso gerar um questionamento acerca da natureza das mesmas; ao contrário, esse questionamento é evitado (LACAN, 1953a: 18). Comparável desinteresse em relação ao elemento básico do ganha-pão foi captado entre os seus pelo matemático Johann Gottlob Frege: “não é vergonhoso para a ciência estar tão pouco esclarecida acerca de seu objeto mais próximo, e aparentemente tão simples?” ([1884]: 88). Esses questionamentos acerca da real natureza dos *building blocks* da psicanálise e da matemática – ou seja, as palavras e os números –, nos sugeriu o percurso do primeiro capítulo, onde procuramos *elucidar o sujeito da psicanálise aproximando-o do zero*. Para isso, delimitamos o surgimento do zero e sua posição em relação ao desenvolvimento histórico da notação matemática, segundo Kaplan (2001), e em relação à revolução científica do século XVII, segundo Koyré (1982); interrogamos a natureza do número através do esforço de Frege ([1884]) em dar-lhe uma definição lógica, em especial a do zero e do um, apoiando-nos também em Russell (2007) para referência a conceitos básicos da matemática; e examinamos a concepção do funcionamento da linguagem e da fala compatível com a experiência analítica.

⁵ “É de uma iniciação nos métodos do linguista, do historiador, e diria eu, do matemático que se deve tratar agora, para que uma nova geração de clínicos resgate o sentido da experiência freudiana e seu motor” (LACAN, 1955: 436).

⁶ Ou, como colocou Nathalie Charraud (1997: 5), “como a rainha das ciências, modelo e farol do rigor e da objetividade através do tempo, poderia aliar-se a uma disciplina que se interessa pelas paixões e os dramas subjetivos marcados pela história e a singularidade?”.

No primeiro interlúdio realizamos uma passagem do tema do sujeito ao tema do objeto, apontando aspectos da experiência que ficavam de certa forma insolúveis com uma teorização que levava em conta somente o sujeito ou o sujeito articulado a outras concepções de objeto que não esta que aqui apresentamos.

O segundo capítulo tenta elucidar a noção de objeto a através de uma “ontologia” matemática, traçando um paralelo entre ele e o excesso e o excrescente assim como proposto por Badiou (1996). A equivalência entre ontologia e matemática nos oferece uma ótima ferramenta para descrever esse objeto que foi definido como “o ser do sujeito” – desde que seja entendido aqui que a única relação que esse objeto mantém com qualquer tipo de essência é a de semblante. Através da ajuda de Dedekind (1901) e novamente de Russell (2007), procuramos fornecer um substrato matemático à aproximação feita por Lacan entre o objeto a e o número irracional.

Em um segundo interlúdio, nos valemos de um exemplo dado por Regnault (2008) – aquele que toma o judeu como o objeto do ocidente e o judaísmo como o objeto do judeu – para examinar a relação sujeito-objeto a como uma relação quaternária que supera uma relação equacionada como de simples oposição.

No terceiro capítulo visitamos os primórdios da técnica analítica, sua validação pela extensão ao fenômeno dos sonhos; buscamos as bases da operação da interpretação no texto *princeps* sobre o assunto, assim como em textos posteriores que versem sobre a técnica; acompanhamos as razões da crise da interpretação através de textos freudianos tardios como *Análise terminável e interminável* (1937b) e *Construções em análise* (1937a), expondo as razões que levaram Freud a apresentar a operação de construção como “complementar”, valendo-nos também das leituras que desses textos realizou Miller (1994 e 1996). O “funcionamento” da interpretação e da construção são elucidados através de sua articulação com as definições de sujeito e objeto, sendo abordados os aspectos temporais da experiência analítica – a surpresa e a repetição, o novo e o velho – bem como a solução que Lacan propõe para o final de análise. Da mesma forma como realizamos com o sujeito, superamos a simples oposição interpretação-construção para apresentá-las como envolvidas em uma relação quaternária.

Por fim, uma pequena conclusão.

Com esse percurso esperamos que possa ser vislumbrada a especificidade da psicanálise, possa esta ser diferenciada das outras práticas e ver justificada a sua existência como um discurso autônomo e rigoroso, pela revelação das entranhas – ou da lógica – da experiência do humano assim como Lacan nos mostra que Freud capturou em sua obra. Mais para nós próprios, psicanalistas, do que para os leigos, afim de que possamos nos manter na via inaugurada por Sigmund Freud. Sem desvios.

1

O zero do sujeito

É àquele que não aprofundou a natureza da linguagem que a experiência da associação com números poderá mostrar, de imediato, o que há de essencial a aprender aqui, isto é, o poder combinatório que ordena seus equívocos, para neles reconhecer a mola própria do inconsciente.

Jacques Lacan, 1953b: 270

Não deveriam [...] as leis dos números manter com as do pensamento a mais íntima das conexões?

Johann Gottlob Frege, 1884: 105

1.1

O zero e a revolução científica do século XVII

É desconcertante verificar que a escrita arábica dos números não foi utilizada de forma definitiva senão a partir do Renascimento (KAPLAN, 2001:115). Há uma história da evolução da escrita dos números e esta pode ser vista como um percurso em direção a uma notação minimalista, que envolve a menor quantidade de símbolos possíveis e uma combinatória desses símbolos - e isso tanto para formar um número ele próprio quanto para possibilitar a realização das operações entre eles.

O ponto de partida, a enumeração para estabelecer relações entre quantidades (*Ibid.*: 46). A representação de cada objeto do mundo por um risco ou cada quantidade por um símbolo diferente apresentava um nulo ou baixíssimo grau de abstração, pois que toda operação com essas representações implica em que se conte cada unidade ou que se recorra à memória – inegavelmente o pior procedimento. Não se afasta disso a notação romana, pois não existe um algoritmo que possa ser aplicado sobre os “pedaços” dos números XLIII e XXIV que faça obter a soma LXVII através de, por exemplo, um alinhamento vertical. Nesse modelo, há ainda o problema representado pelos números grandes: houve, por exemplo, o esforço de Arquimedes em criar grandezas (*Ibid.*: 40) para essas mega quantidades, nomes, de forma que o pensamento pudesse de alguma forma acompanhar a contagem, imajando-as, para não se perder. Quando recebemos a

notícia de que algum sortudo acertou o prêmio da mega-sena sozinho não ficamos tentando “imajar” quanto seriam não-sei-quantos milhões, traduzindo em quantidade de algum objeto desejado ou simplesmente desistindo?

Quanto mais isso acontece, mais os números são *signos*, *i.e.*, representam alguma coisa (do mundo, uma quantidade) para alguém, guardando mínima articulação entre si. “Nome”, aqui, guarda uma relação muito íntima com a imagem, imagem que funciona como condição – e também como limite – do cálculo. O número que funciona como nome e é condição para a existência da coisa é exemplificado através do pensamento infantil, quando “muitas crianças recusam a ideia de que os números aumentam infinitamente [...] porque os nomes acabam” (*Ibid.*: 44).

A manipulação do que chamamos, acima, de “pedaços” só surgiu com a notação posicional aplicada à escrita cuneiforme babilônica, de base 60. Ela se apoia mais na articulação dos traços do que em seu papel de representação de coisas – articulação que os levará cada vez mais a serem tratados como *significantes* (como veremos adiante), perdendo, na mesma medida, a referência ao mundo.

Assim, em algum momento foi adotada a escrita do número da direita para a esquerda e a utilização de colunas, como a notação que temos hoje. Mas, para evitar a ambiguidade na leitura de uma sequência de, por exemplo, três estiletos, ou seja, decidir-se entre os valores 3, 62, 121 ou 3661, ou seja, decidir-se entre III (3), I II ((1x60)+2), II I ((2x60)+1), ou I I I ((1x60²)+(1x60)+1), tornou-se necessário, primeiro, espaçar os “dígitos”, decidir que sinais estavam em que coluna ou posição e, finalmente, resolver o problema da coluna vazia. Foi preciso, para isso, construir um símbolo para ficar, curiosamente, no lugar de coisa alguma: surgiu o zero.

São interessantes as hipóteses de Kaplan sobre a origem da grafia do zero como nós a conhecemos hoje – um círculo –, sobre suas aparições em outros campos que não a matemática e também sobre sua paternidade. Há dúvidas quanto a se a grafia do zero deriva da 1ª letra de ούδευ, “nada”, ούχ, “não” (*Ibid.*: 30), da 1ª letra de óbolo, um “quase” nada (*Ibid.*: 35), ou, ainda, da depressão deixada na areia pela retirada de uma ficha da tabela aritmética indiana ou grega – uma espécie rudimentar de ábaco (*Ibid.*: 57-59). Designado por vários nomes,

“quanto mais nomes ele tinha, menos era um número” (*Ibid.*: 54). Parece ter nascido em vários lugares, ou ter sido levado de um lado para o outro e assumido várias formas diferentes, transformado, antes de ter sua forma fixada. Gregos, árabes e indianos reclamam sua patente. Suas várias notações como, por exemplo, pontilhados sobre números, ou como consoantes grafadas, mas sem valor fonético, indicam que equivalentes do zero surgiram também sintática, semântica e foneticamente (*Ibid.*: 62). Mas para nós é mais importante o registro de como ele revolucionou a matemática e perturbou as mentes, uma vez que, não representando nada, não foi desde sempre tomado como um número. Foi “condição transitória de partes do tabuleiro” , “mais ação do que objeto, mais verbo do que substantivo” (*Ibid.*: 76) e até substantivo adjetivo (do indiano *sunya*, “vazio”). “Sem valor por si mesmo, mas concedendo valor por sua presença aos outros números” (*Ibid.*: 67), seu estatuto oscilou: como número na Índia de Brahmagupta, Mahavira e Bhaaskara, depois como sinal no Ocidente, para ser considerado como décimo algarismo, após.

Esse currículo reflete bem o imbróglio formado em torno do zero. Seu estatuto somente se estabilizou quando foi tomado definitivamente como a marca de uma ausência ao invés de ausência de qualquer marca, em uma definição muito próxima a de Lacan com relação ao desejo – afinal, esse nome não batiza a “presença” de um vetor no psiquismo sobre o qual podemos dizer que é vazio de objeto, uma vez que, no extremo, permanece sempre marcado pela insatisfação?

De todo modo, isso não se deu facilmente em absoluto no campo da matemática; utilizado nos cálculos, “deixava seus usuários desconcertados sempre que eles paravam para pensar no que estavam fazendo” (*Ibid.*: 37), e se os que lidavam com a matemática já eram olhados de banda, imagine se não seriam também acusados de feitiçaria, por “deixar o nada solto em um mundo que se pensava civilizado” (*Ibid.*: 59)! Nota-se aí um verdadeiro horror ao zero.

O desenvolvimento de uma linguagem para a aritmética e para a álgebra aproximou o zero e os números. Para isso, porém, foi decisivo mudar de questão: de querer saber “o que é” o zero para “como funciona” o zero (*Ibid.*: 81). Mas não foi só o estatuto do zero que mudou; com ele, mudou o estatuto dos números. O cálculo pareceu andar sozinho; a subtração levou aos números negativos e ficou

cada vez mais difícil manter a referência ao mundo: como imaginar -7 pessoas numa sala? (*Ibid.*: 81).

Kaplan aponta para essa mudança de paradigma, situando-a em algum lugar entre 500 e 1500 D.C., um processo que levou ao esvaziamento do aspecto representativo do número e à concomitante ascensão de seu aspecto cômico, *i.e.*, o número passou a ser a própria coisa, objeto da matemática. Como consequência dessa passagem da causa do número aos seus efeitos, deu-se o rompimento entre a escrita e imagens do mundo: afinal, que imagem para o produto de duas massas dividido pelo quadrado de uma distância?⁷ A matemática rompe com o sentido, e temos um exemplo disso quando verificamos como a solução de uma questão matemática caminha no sentido não de apelar para a visualização de uma situação, mas no de derivar novas regras a partir de uma combinatória já disponível: na determinação de a^0 tem-se que pedir ajuda às regras da divisão, pois se $a^{n-m} = a^n/a^m$, então para $a^0 = a^n/a^n = 1$. Há como ainda utilizar um pensamento ainda ligado ao sensível ou ao sentido e recorrer à multiplicação para dizer que $a^1 = a$, mas dizer que há imagem de a^0 – um número multiplicado por ele mesmo zero vezes! – e, pior, em dizê-lo igual a 1, é demais.

Mas Kaplan vai mais longe, faz do zero o protagonista desta imensa transformação que mudou o mundo, a passagem da primazia da representação à da combinatória de símbolos esvaziados de sentido – ou do signo ao significante: “o zero da notação posicional era o arauto de um reordenamento do espaço social e político” (KAPLAN, 2001: 101).

Reencontramos a tese de Alexandre Koyré subscrita por Lacan ao longo de todo seu ensino e que foi resumida por ele no célebre título “Do mundo fechado ao universo infinito”. No entanto, Koyré inverte essa lógica: foi uma profunda transformação espiritual que trouxe consigo uma revolução científica, no século XVII, e não o contrário (1982: 376). Ela implicou na superação de uma cosmologia baseada no aristotelismo (*Ibid.*: 22-45): um mundo hierarquizado, de coisas que pertencem a seus “lugares naturais”, embebido em considerações de valor, de harmonia e perfeição, de significação e desígnio, foi substituído por um

⁷ “Mas o *isso cai* só tem peso de subversão a chegar a quê? A isto e nada mais:

$$F = g \frac{mm'}{d^2}$$

[...] É isto que nos arranca da função imaginária [...] da revolução” (LACAN, 1972-73: 49).

espaço geometrizado, uma vez a matemática tendo sido tomada como a linguagem da física, a chave para a compreensão da natureza (*Ibid.*: 73). Dizer que a natureza está escrita em caracteres matemáticos (*Ibid.*: 166), além de dizer que não cabe mais falar em qualidades, é também dizer que a matemática é o próprio tecido de que são feitas as coisas.

Afirmar, como faz Koyré, que a revolução científica moderna acompanhou o advento de uma nova forma de ver a realidade é constatar que a utilização da linguagem matemática não foi determinada pela experiência, mas o contrário. E foi uma escolha. A física é feita a priori e a teoria precede o fato (*Ibid.*: 154). Foi ainda preciso, num último movimento, que as imagens nas quais se apoia a geometria fossem abandonadas em prol das fórmulas e das equações da álgebra, para que a ciência encontrasse uma linguagem de pura combinatória. O importante é que entre outros produtos da revolução científica – como o decaimento da “obsessão pela esfera” e a vitória da ideia de um espaço infinito –, temos a aceitação da existência do vácuo: o zero aqui apresentado como produto da linguagem, da linguagem matemática.⁸

1.2

A natureza do número

Uma vez os números tornados instauradores de experiências, fundadores de existências ao invés de delas depender, pode-se interrogar qual seu estatuto próprio. Acompanharemos, neste sentido, o esforço de Frege de fundamentar a aritmética através lógica, perseguindo uma definição dos números que derivasse inteiramente da análise de equações matemáticas, ou seja, de proposições lógicas que contêm números, o que foi tentado em seus *Fundamentos da Aritmética* ([1884]). Tomando como questão a natureza do número, discutiu inicialmente a relação entre este e o mundo – os objetos. Porque o número, diz, não é derivável da experiência, não é físico, não está nas coisas, a aritmética, como vimos, não tem relação com as sensações (*Ibid.*: 89). Não é possível, portanto, ver zero estrelas no céu, nem obter imediatamente o número quatro da visão de uma

⁸ Vale notar que, apesar da revolução científica, o senso comum ainda é o medieval aristotélico, uma vez que baseado no sensível e, por isso, antimatemático (*Ibid.*: 185).

palavra de quatro letras – sem que a quantidade de letras surja como questão, primeiro. O número é objeto objetivo, por ser “o mesmo para todos que com ele se ocupam”, mas nem por isso pode-se dizê-lo exterior ou interior (*Ibid.*: 137). Também não é representação de uma unidade (um objeto) do mundo, pois, se fosse, teríamos que utilizar marcas distintivas para escrever $1+1=2$, uma vez que se trataria de referenciar dois objetos distintos no mundo; ou seja, grafar, por exemplo, $1'+1''=2$, seria errôneo: pois que há apenas um único 1 na matemática, este sendo um nome próprio. Frege sai desse “embaraço”⁹ dizendo que o que pode ser abstraído dos objetos é um “conceito” e este, sim, é portador do número (*Ibid.*: 129). Então, uma proposição como “são doze os meses do ano” é decomposta em: o conceito “meses do ano”, objetos que cairão sob ele (os meses do ano), e o número atribuído a esse conceito (12). Essa operação reflete a obsessão de Frege pelo formalismo que levou-o ao desenvolvimento de uma conceitografia. (*Cf.* [1969]).¹⁰

Miller (1990) sublinha dois detalhes do sistema de Frege:

a) O 1 obtido através de um conceito qualquer que subsuma um objeto do mundo é somente a unidade que constitui o número enquanto tal e não o número 1 como nome próprio, como coisa matemática, pois aí ele está sendo derivado da experiência e não inteiramente da lógica como deveria ser para se sustentar como objeto matemático (*Ibid.*: 59).

b) Essa unidade do mundo surge por uma operação que geralmente passa despercebida que é a da transformação da coisa em objeto através da captura, na coisa, somente daquilo que é o suporte de sua identidade consigo mesma, permitindo que caia sob um conceito – quando o pertencimento a um conceito, como elemento, é condição *sine qua non* da existência de um objeto (*Ibid.*: 57).

Ou seja, há uma anterioridade lógica do conceito em relação ao objeto: assim Frege se descola da origem empírica do número, uma vez que é o conceito

⁹ “(...) nosso embaraço: necessitamos da igualdade; por isso o 1; necessitamos da diferença; por isso os índices, que infelizmente apenas suprimem de novo a igualdade” (FREGE, [1884]: 122).

¹⁰ Seus frutos foram colhidos, por exemplo, pela ciência da computação na forma de escrita de rotinas ou funções – procedimentos que aceitam argumentos e que, após processamento, cospem um valor (número, etc.) ou um valor de verdade (V ou F): submetendo o argumento “fevereiro” à rotina é-mês-do-ano(), obtém-se V como resposta.

que realiza a composição do objeto a partir da caoticidade do mundo. Não encontramos exemplo melhor do que uma palavra emitida para vir dizer o que é um determinado borrão de tinta: “veja assim e assim, é um cavalo”, e, subitamente, um cavalo passa a existir, extraído de um fundo. Seria válido dizer que o cavalo estava lá antes do borrão ser assim nomeado?

Do primeiro detalhe citado por Miller, Frege concluiu que para obter o número 1 como nome próprio ele deveria construí-lo a partir do zero, uma vez que eliminaria a questão da referência ao sensível ([1884]: 148) em tanto que o zero é o número atribuído a um conceito sob o qual não cai nenhum objeto. Utilizando o segundo aspecto, o zero é então atribuído ao conceito “não idêntico a si mesmo”, conjunto vazio (*Ibid.*: 146) \square – e obtido com a grafia do 0, também $\{\}$ ou \emptyset . Uma vez que o zero já consta como nome próprio, o 1 é definido a partir dele, através do conceito “idêntico a 0”, conjunto que terá somente um elemento, o zero, como acima definido (*Ibid.*: 148): $1 = \{\{\}\}$ ou $\{\emptyset\}$. A definição dos números inteiros segue, então, pela fórmula que, tendo como protótipo $n+1$ (*Ibid.*: 148), lança sempre mão desse um “fora do conceito” que faz com que, em última instância, o zero seja sempre convocado nessa passagem (de n para $n+1$).

Há uma forma mais simples, porém mais enigmática, de se obter o 1 a partir do zero: pegue um certo número de fichas numeradas; chame o produtório delas de R; jogue-as dentro de uma caixa dividida em duas partes, A e B; o produtório das fichas que caírem em B (q) multiplicado pelo produtório das fichas que caírem em A (p) deve ser igual a R, qualquer que seja a distribuição ($R=p*q$); Se todas as fichas caírem em A, teremos $R=p$ e, assim, embora B contenha zero fichas, q deverá ser igual a 1 – para espanto de todos! (KAPLAN, 2001: 194-195)

Esse raciocínio faz do zero a coisa mais simples que o psiquismo pode agarrar. Percebe-se então como o princípio de identidade, um dos pilares da lógica que Frege utilizou para sustentar a aritmética, encontra no zero ao mesmo tempo um problema e uma solução, tendo em vista que é pelo seu advento que aquilo que não existe, ou seja, aquilo que o sistema deixaria de fora por não satisfazer ao princípio – por não ser idêntico a si mesmo –, encontra sua existência na forma de número e dá a base para a existência de todos os outros.

Percebe-se que Frege constrói seu sistema excluindo o sujeito psicológico como suporte necessário das funções de unificação do sensível em unidades e sua

passagem por coleções até a geração do número. Mas, “se se aceita que o sujeito, em sua função mais essencial, não se reduz ao psicológico” (MILLER, 1990: 57), é no zero que devemos procurá-lo.

1.3

O estatuto da palavra e o sujeito

Em Freud, apesar de não formulado como conceito, o sujeito esteve desde o início, sendo anterior até mesmo ao inconsciente, que foi criado como hipótese justamente para responder à questão da responsabilidade subjetiva no sintoma (CABAS, 2003: 219).

O sintoma pode ser pensado de diferentes maneiras, mas parece haver um modelo básico que se vale de um corte realizado sobre o doente e que define dois polos. Na medicina, por exemplo, temos um corpo – como uma pureza a ser restituída – e um agente como causa da doença, um intruso a ser eliminado.

Freud deu outro destino a esse modelo: como causa do sintoma, ao invés de lugar de algo a ser expulso, imputou¹¹ pensamentos inconscientes reveladores do próprio sujeito, assim como fez com outros fenômenos do cotidiano, como os sonhos, os chistes, os esquecimentos, os atos falhos, etc. (LACAN, 1966: 845) Para Lacan, os pós-freudianos tomaram esses pensamentos como os de um outro “eu” ou de um “eu mau” (LACAN, 1957: 527) e, utilizando o modelo anterior, mantiveram a cura como uma ortopedia, ou melhor, um exorcismo. O inconsciente acabou também sendo tomado pela sede de supostos instintos, pela expressão de um biológico (LACAN, 1957: 496), levando Lacan a reler Freud para mostrar que levá-lo a sério implicaria em não abandonar a expressão “pensamentos inconscientes” assumindo-se que “ao definir o inconsciente por pensamentos e não por forças obscuras ou representações imperceptíveis, recoloca-se [...] a questão do sujeito desses pensamentos” (COTTET, 1987: 12). Qual a natureza desses “pensamentos”, qual a relação que mantêm com o sujeito?

¹¹ Por ser tão contrária ao senso comum, essa escolha teve que ser sustentada por Freud e deve ser sustentada a cada sessão, a ponto do psicanalista não poder ficar de fora do conceito de inconsciente – o que quer dizer que o inconsciente não é algo com existência independente, mas resultado de uma posição ética (LACAN, 1966: 848).

Freud submeteu os sintomas a um dispositivo que os fez falar (LACAN, 1964: 18). Mas, para tanto, assumiu que eles estavam compostos em uma linguagem com lógica própria.

Lacan não viu nisso a postulação de uma linguagem rudimentar, mas sim de uma combinatória específica. A indicação de Freud foi a de que as imagens oníricas, não deviam ser tomadas como símbolos pré-definidos mas tomadas umas em relação às outras (LACAN, 1957: 514), desfazendo-se as condensações e os deslocamentos que foram aplicados a estas pelo trabalho do sonho. Ainda, a forma como o inconsciente articula essas imagens como pedaços de frases revela uma “química de sílabas” e a equivalência entre imagem e palavra: Freud antecipou as formalizações da linguística (LACAN, 1957: 516) e faltou pouco para que ele próprio pudesse dizer que “o inconsciente é estruturado como uma linguagem” (LACAN, 1964: 25).

Segundo Milner, Saussure, insatisfeito com a linguagem técnica da linguística decide “fundá-la em razão e em conceitos” (MILNER, 2003: 20). A língua é então tomada como um sistema de signos (*Ibid.*: 24). Mas esse signo não se inscreve no modelo representacional – aquele para o qual o signo é um som que representa uma coisa ou ideia: Lacan não cansou de destacar o fato de que o significante, o elemento sonoro, pode ser tomado desatrelado de um significado, uma vez que este último é um problema em aberto em Saussure (aula do dia 16/12/64). A revolução é a de que, uma vez o significado tendo sido tomado como efeito da articulação entre significantes e não algo que já estava lá, antes, o significante que não representa nada é que, articulado, produz uma versão da realidade. Se “ser diferente de todos os outros” é a única propriedade de cada signo (MILNER, 2003: 38) – i.e., de cada significante –, seu único suporte existencial (*Ibid.*: 37), o mundo pôde ser apresentado a um tipo de entidade jamais vista: não uma unicidade, mas uma entidade sobredeterminada, cruzamento vazio de muitos signos e, por consequência, “não centrada ao redor de um ponto íntimo de identidade consigo mesmo” (*Ibid.*: 42).

Uma análise pode fazer surgir a estrutura do psiquismo como articulações significantes dispostas em uma rede, uma vez que, ao invés de cedermos à ilusão de um discurso uníssono e coerente de uma fala unidimensional (horizontal) que se justifica por completo, não se deve desconsiderar, em cada ponto da fala, “tudo

o que se articula de contextos atestados na vertical [...] desse ponto” (LACAN, 1957: 503), como num pentagrama musical.

Se levarmos a sério o que dissemos até aqui, então o que quer que seja esse bolo de carne que vem ao mundo, seu ser real, estará sempre em exclusão interna à estrutura, uma incógnita para sempre articulada à estrutura originada do contato “d’isso” com essa “chuva de tratamentos” – entendida como articulações significantes – que esses outros prévios – resumidos em uma forma impessoal denominada por Lacan de “o Outro” – lhe dispensam.

Se a linguagem já foi comparada a um vírus, algo invasivo¹², é porque podemos encenar a entrada do homem no mundo como um assalto provocado pelo Outro: Ele só autoriza uma vida privada da bolsa, de ser real. No início, o que há é uma escolha forçada: a aceitação desses significantes que lhe salvam a vida. Essa alienação ao significante quer dizer que o homem não é causa de si mesmo (LACAN, 1966: 854), pois que na mão do significante ele se perde de si (*Ibid.*: 853). Mas, ao mesmo tempo, isso só se dá se o Outro se reconhece como incapaz de nomeá-lo (o sujeito) totalmente. Só assim ele pode experimentar-se também como faltante, pelo surgimento desse “espectro” como sendo o que ele seria se estivesse descolado do significante, se não tivesse entrado na linguagem – mas que só pode ser pensado a partir dela¹³. Então erraríamos se pensássemos que esse espectro é de uma ordem estranha ao significante: ele só surge por relação a esse último.

Como resultado dessa “separação”, o sujeito permanece dividido: quando representado por um significante, toma consistência pontualmente, porque, logo, age essa parte não capturada nele, que faz com que o significante que o representa clame por outro: o saber sobre si só pode ser procurado no Outro. Se “um significante é aquilo que representa o sujeito para outro significante” (LACAN, 1960: 833), então o sujeito do inconsciente é essa pura hiância (LACAN, 1964: 30) e permanece como indeterminado, uma vez que, com um pé na cadeia e outro fora dela, pode-se sempre adicionar um significante a mais para buscar novas

¹² “Se imaginamos o corpo vivo fora da linguagem, sua imersão na linguagem é um traumatismo. Tomem um animal selvagem, mergulhem-no em um meio humano, verificarão os efeitos traumáticos dessa imersão. A domesticação borra o esplendor do animal selvagem. Certas espécies selvagens morrem pelo traumatismo do significante” (MILLER, 1994: 22).

¹³ “Eu não sou lá onde sou juguete de meu pensamento; penso naquilo que sou lá onde não posso pensar” (LACAN, 1957/1998: 521).

significações que traduziriam a sua verdade por completo (BRODSKY, 2001: 145-146).

Mas, uma vez separados dessa forma verdade e saber, o que dizer da substância do sujeito, já que assim ele não pode afirmar coisa que seja? A solução encontrada por Descartes foi a de restaurá-la, concedendo ao sujeito o estatuto de uma substância pensante: sujeito e verbo, sem predicado. Apelou para um Deus garantidor de um saber no real como alcançável (LACAN, 1964: 39) para estancar o deslizamento infinito da dúvida: um artifício, já que é contestável que uma vez havendo o pensamento há o ser e vice-versa. Então, uma vez tendo criado o sujeito (LACAN, 1966: 873), a ciência o deixou para a psicanálise: esta “opera sobre aquilo que o saber se vê obrigado a excluir do seu universo para poder constituir-se como ciência” (CABAS, 2009: 218), exclusão necessária para que os saberes possam levar a marca de universais.

Olhamos de perto essa sutura (MILLER, 1990: 55) realizada pela ciência, chamando de volta o procedimento de Frege da criação do um a partir do zero. Antes, o que é o zero senão uma materialidade, uma marca, o nome de um hiato que se delimita ($\{\}$)? Em que se suporta ele senão na exclusão do princípio da identidade, senão naquilo que não é idêntico a si mesmo? E o que é isso senão o sujeito da ciência, ou seja, aquele que não afirma nenhum saber sem selar a sua própria desapareição?: é assim mesmo que surge o um, quando o zero, já nome próprio, é contado ($\{0\}$), e então o princípio da identidade pode introduzir-se, dar as caras. Dessa forma, a linguagem matemática nasce de uma operação sobre a linguagem, que elimina desta a propriedade intrínseca ao significante de não ser idêntico a si mesmo, e assim, “o sujeito é o termo da cadeia que suporta o <<não idêntico a si>> de todo termo da cadeia [...] Isso somente mediante o esquecimento estrutural deste termo em eclipse incessante” (MILNER, 2003: 170). A relação do sujeito ao significante é equivalente à relação do 0 ao 1 (LACAN, aula do dia 27/01/65), uma vez que a presença desse algo não idêntico a si é, a cada solicitação de um significante a mais (um saber a mais sobre si), evocada e expulsa.

Esse “sujeito não saturado, mas calculável” (LACAN, 1965: 877) é o sujeito sem substância da psicanálise, teoria que, assim, separa-se de qualquer psicologia por não tomar como sujeito aquele do conhecimento, aquele da

consciência (LACAN, 1960: 809). A psicanálise apresenta-se como a única teoria a privilegiar o polo “palavra” da semiótica – em relação à ideia (imagem ou sentido) e à coisa (p.ex., o biológico), e vimos algumas consequências disso: se o sentido é efeito da palavra e não sua causa, fica em xeque a noção de um sujeito que utiliza a linguagem como uma ferramenta e para o fim exclusivo de comunicar ideias ou intenções, estas estando, assim como o sujeito, fora da linguagem: não há esse lugar. Nunca é demais marcar que o sujeito da psicanálise, apesar de ser um espectro daquilo que se seria antes de se ser capturado pela linguagem ou daquilo que não foi capturado, é, no entanto, produto, segundo, em relação ao encontro do corpo vivo com o Outro, nunca dele independente ou anterior.

Uma vez equacionado o sujeito em termos significantes, fica vedada qualquer expressão do biológico sobre o psiquismo, o biológico, ele sim, ficando de uma vez por todas afetado pelo significante, enredado: o “dom” para tal e qual coisa não é concedido por Deus ou determinado pela DNA, mas transmitido através da linguagem por seus caminhos sutis. Um exemplo que podemos dar disso é a de uma malha de saberes técnicos – significantes, portanto – se imiscuindo no braço – como corpo vivo – daquele que será um escultor, através de um processo de aprendizagem. Verifica-se que essa intrusão da linguagem causa uma mortificação¹⁴, uma vez que “braço de escultor” é tão-somente um funcionamento que pode ser formalizado de modo a dispensar a referência ao corpo vivo (MILLER, 2010: 162), como o faz um software portátil ou “aberto”.

Até o presente momento bastou-nos ter examinado como “a psicanálise sabe que isso pensa antes de entrar na certeza” (LACAN, 1964: 40).

¹⁴ “Quando queremos atingir no sujeito [...] aquilo que é primordial no nascimento dos símbolos, vamos encontra-lo na morte” (LACAN, 1953: 321).

Interlúdio (I): do sujeito ao objeto

Mas pode-se dizer que esta formalização é completa, que o corpo vivo é completamente mortificado pela linguagem? De modo algum. Se a sepultura serve como modelo dessa incorporação, apresentando os ossos como o conjunto vazio do sujeito¹⁵, voltamos nossa atenção a esses objetos deixados no seu entorno como a oferta de um suplemento de vida (MILLER, 2010, p.162), suplemento que também é necessário ofertar à psicanálise para dar ao sujeito o estofo que lhe havia sido negado, uma vez que este traduz como nula a parte não capturada pela linguagem, ou melhor, pela linguagem como tesouro de significantes: nula, sim, mas de significantes.

Se repetimos mais uma vez a fórmula lacaniana de que sem a ciência não poderia haver psicanálise e de que, portanto, o sujeito da psicanálise é o da ciência é para nos referirmos ao desprendimento que deve apresentar o cientista em relação à qualquer teoria no momento em que ela se demonstra falha – mesmo que seja sua! –, desprendimento que, no limite, assume a forma do sujeito que apresentamos. A verdade, posta sempre mais além, permite o deslizar das teorias e das identificações e se garante como um lugar sempre vazio.

Apesar de essa ser uma dimensão da experiência freudiana, encontramos mais facilmente o exemplo oposto, aquele da recusa em abandonar identificações insuficientes ou saberes insustentáveis, recusa que equivale a uma aderência ou fixação que positivamente surge como repetição insensata, irracional. É a absurdidade que faz com que um torcedor fanático, entendedor e amante do futebol, permaneça fiel ao seu time mesmo após várias temporadas vergonhosas.

Essa dimensão outra se revelará ser a do objeto, e da mesma forma como o sujeito encontra uma definição singular na psicanálise, a forma final que o objeto alcança na teorização de Lacan – objeto *a*, para dar seu nome – também não é aquela da “metade da laranja” que vem complementar o sujeito. Se os objetos comuns têm lugar garantido na experiência, esse objeto todavia não se confunde

¹⁵ “O primeiro símbolo em que reconhecemos a humanidade em seus vestígios é a sepultura, e a intermediação da morte se reconhece em qualquer relação em que o homem entra na vida de sua história” (LACAN, 1953b: 320).

com eles¹⁶. Se o sujeito é o ponto cego de uma estrutura mortificada que sublinha a dimensão de *significação* na experiência, a dimensão da verdade, por outro lado o objeto será o ponto de convergência da dimensão da *satisfação*, já que está diretamente ligado à adesividade que citamos.

Através de Miller (1990) tomamos conhecimento do episódio no qual Frege dá exemplo do desprendimento do qual falamos, ao ser alertado por Russell de uma inconsistência em sua tese no momento em que seria publicada, o livro se encontrando já no prelo: Frege reconheceu e desistiu do livro. Esse exemplo nos servirá ainda mais por seu conteúdo, pois o caso é que a tese de Frege era a de que uma linguagem bem escrita, formal, poderia domar o que se apresenta ao matemático como problema – o ser, segundo Badiou (1996) –, pois acreditava que todo conceito prescreveria uma multiplicidade de termos que cairiam sob esse conceito, de forma que à linguagem só pudessem se apresentar elementos caídos sob um conceito ou propriedade (*Idem.*: 41). Russell acabou com as pretensões de Frege através do paradoxo que levou seu nome, um dos exemplos que utilizaremos para mostrar a insuficiência da formalização em dar conta do ser – ou seja, a insuficiência do significante em dar conta da totalidade da experiência.

Então, para um sujeito completamente de-substancializado, o objeto só poderá surgir como seu ser. Seguiremos utilizando a matemática para definir o que seria esse objeto apoiados inicialmente em Badiou (1996), para quem *a matemática é a ontologia*. Mesmo que a ontologia seja aí apresentada como ciência do ser-enquanto-ser (*Ibid.*: 13), vamos utilizá-la de forma irônica uma vez que, se o objeto *a* foi definido como “ser do sujeito”, o termo “ser” aqui guarda com uma essência última uma relação apenas de semblante:

A posição de objeto *a* responde à exigência de mostrar que o sujeito pode encontrar-se e complementar-se com um ser. Chamamos pois objeto *a* ao que nesse desastre do sujeito que se denomina falta em ser *parece dar o suporte do ser*. (MILLER, 2005a: 116)

Ou seja, “deslocar o objeto *a* do real ao ser é destacar as suas afinidades com o semblante” (*Ibid.*: 115). Frisamos então que, apesar de nos valermos da

¹⁶ “O objeto em seu sentido convencional, incluído no clássico par sujeito-objeto da teoria do conhecimento, evidentemente está presente e é mencionado na obra freudiana. Mas também é evidente que, já desde o *Projeto...*, Freud não considera esta face do objeto como o objeto próprio que a experiência da psicanálise descobre” (RABINOVICH, 2007, p.5).

ontologia matemática, é como discurso que permite verificar a emergência desse ser como semblante que a utilizamos, e não como meio de revelar nenhuma essência no real.

2

O excesso irracional do objeto

Quando não somos coisa alguma em
nenhum lugar, é ali que ainda somos.
Marcus André Vieira, 2007: 115

2.1

A teoria dos conjuntos

A questão é sobre o ser. Todos nós já nos perguntamos um dia o que é que é. Os que creem em Deus podem se perguntar: quando Ele olha, o que ele vê? Ou: o que Ele diria que fez? Um exemplo simples é se questionar se Ele vê ou fez uma cadeira ou quatro pernas, um acento e um encosto; ou átomos dispersos, ou nenhuma dessas coisas; e se esses componentes são finitos – contáveis – ou não. Uma vez que não dispomos de tal ponto de vista privilegiado, nos resta a “ontologia”.

Badiou (1996) desqualifica todos os discursos para eleger a matemática como a ciência que está apta a dizer o que é possível de ser dito sobre o “ser” (*Ibid.*: 16)¹⁷, colocando a matemática como um discurso que não pode, portanto, afirmar que o ser possui uma natureza matemática. Ela se situa nesse lugar justamente por nada acrescentar e somente discorrer sobre aquilo que se apresenta (ao contrário do que faz a física, por exemplo). A relação matemática-ser é constituída no instante em que a teoria dos conjuntos coloca em forma de axioma, um axioma fundante, que todo objeto é redutível a uma multiplicidade pura, multiplicidade que tem como base a inapresentação do vazio (*Ibid.*: 14-15). Assim, a matemática diz do ser através de axiomas que colocam relações entre o um e o múltiplo, estes últimos sendo as condições *a priori* de qualquer ontologia (*Ibid.*: 29).

Para a dúvida filosófica de estabelecer se o ser é um ou múltiplo, a solução da qual nos valem é a de negar o ser tanto ao um quanto ao múltiplo. Uma vez

¹⁷ Considerando o que foi esclarecido no Interlúdio (I), utilizamos o termo “ser” aqui no sentido de “semblante de ser”, e acrescentamos que “ontologia” deve ser entendida como o discurso proposto por Badiou – quase uma desontologia.

afirmando que a apresentação não é uma multiplicidade senão enquanto o que ela apresenta se deixa contar por um, temos que o um é tão-somente uma operação de contagem, enquanto que o múltiplo é o regime da apresentação (*Ibid.*: 29-30). O um é aquilo que aparece como discretizado, separado, em uma apresentação.

Dir-se-á que toda multiplicidade assim apresentada é uma *situação*. A situação implica o um e o múltiplo que surgem, ambos, a partir da operação de conta-por-um que toda situação admite, ou seja, toda situação apresenta-se como uma coleção de elementos discretizados, contabilizáveis, que dá a ilusão de que o todo se constitui pela simples soma de seus elementos. Uma situação consiste desta dupla multiplicidade: a de uns-contados (multiplicidade consistente), e a que é pensável só-depois da contagem (multiplicidade inconsistente) como a causa da inércia desta última (*Ibid.*: 30). “A ontologia é situação” e, assim, há uma exclusão: o ser *está compreendido* no que se apresenta, mas ele mesmo *não se apresenta* enquanto ser. Dessa forma, a matemática se afasta daquelas ontologias que promovem percursos iniciáticos visando o acesso ao ser uma vez que recusam a limitação colocada pelo múltiplo estruturado da situação. Nesse sentido, disse Lacan: “Será que o um é anterior à descontinuidade? Penso que não, e tudo que ensinei nesses últimos anos tendia a revirar essa exigência de um *um* fechado” (LACAN, 1964: 30) É a exclusão do ser da apresentação que faz com que dele só possa ser dito através de um discurso submetido a uma rigidez formal, como o da matemática (*Ibid.*: 32).

A partir de agora tomaremos a teoria dos conjuntos como ontologia. Nesse ponto podemos retomar o Paradoxo de Russell, para que se entenda que nem toda propriedade ou conceito pode corresponder a conjuntos, porque há casos em que essa correspondência leva a inconsistências na escrita que derrubam toda a linguagem. Tomemos por exemplo o conjunto p formado por todos os conjuntos cujo conceito é “não ser elemento de si mesmo”, $p = \{\alpha \mid \alpha \notin \alpha\}$, que é uma propriedade possuída por todos os conjuntos. Verificaremos então que p só será elemento de si mesmo se não o for e vice-versa, ou seja, $(p \in p) \leftrightarrow (p \notin p)$. Como já visto no primeiro capítulo, o conjunto de todos os conjuntos de conceito

similar¹⁸ equivale ao número atribuível a esse conceito: mas então p se torna infinito, a própria metáfora do ser-múltiplo que irrompe em excesso na estrutura formal da língua quando da tentativa de contá-lo por um (*Ibid.*: 42). Contá-lo como um, torná-lo contável, seria o mesmo que poder defini-lo, e este contrassenso surge na forma do Paradoxo que evidencia um excesso.

É preciso que se entenda de saída que, nesta teoria, elementos não são objetos, e que conjuntos não são totalizações (*Ibid.*: 40): esses “tijolos” necessariamente são, ambos, múltiplos. Uma das formas da relação entre múltiplos é a pertença (\in), que quer dizer única e exclusivamente “ser elemento de”: $\alpha \in \beta$ diz que α é uma multiplicidade apresentada por outra multiplicidade (*Ibid.*: 44-45) – como dizemos “aquilo ali (α) é um cavalo (β)”. Deduzimos através desse “apresentada por” que esse sistema axiomático – conhecido como de Zermelo-Fraenkel – pressupõe um múltiplo dado do qual os outros surgem por separação: uma propriedade $\lambda(\alpha)$ induz a separação (em γ) do múltiplo β constituído dos termos que possuem essa propriedade, escrito $\gamma \rightarrow (\beta \mid \lambda(\alpha) \rightarrow \beta \ \& \ (\beta \in \gamma))$. Citar o *axioma de separação* é importante para nós porque ele veicula a exigência ontológica de que a linguagem não induza existências, operando seus axiomas então sobre um múltiplo de existência suposta, um múltiplo antecipado. Essa estrutura reflete a incapacidade da linguagem em dizer que “há”, somente que algo se distingue nesse “há” (*Ibid.*: 47): dizer que “existe γ ” ($\exists \gamma$) é diferente de dizer que “ γ implica em que ...” ($\gamma \rightarrow \dots$, ou seja, “se houvesse γ então ...”).

Mas como surge esse primeiro múltiplo e o que ele é?

Fazendo um curto-circuito com o primeiro capítulo, resumimos que o primeiro existente só pode ser o conjunto vazio (\emptyset), conjunto sobre o qual vai operar a função separadora da linguagem e que já identificamos ao sujeito da psicanálise. É a única forma possível de surgimento de um múltiplo inaugural que não revele que o um não é, que não é essência mas contagem, que é falacioso. O sistema axiomático fica em paz quando se escreve uma marca para dizer que, além do que é contado por um, “há nada” (*Ibid.*: 51-52)¹⁹, porque ao mesmo

¹⁸ Conceitos similares são aqueles que aceitam uma relação biunívoca, ou um-um, entre seus elementos – o que se entende mais facilmente quando dizemos possuírem o mesmo tamanho ou extensão (RUSSELL, 2007: 73-88).

¹⁹ A descrição do vazio segue cabendo como uma luva ao sujeito localizável entre significantes: “vagueia na apresentação sob a forma de uma subtração à conta, que já é falacioso apontar como

tempo em que ela expulsa a multiplicidade “ilegal” (veda a sua apresentação), deixa ali algo que representa isso a que toda conta-por-um deve tributo (portanto, desqualifica o um como ser): afinal, o conjunto vazio também é uma multiplicidade não contável por um. Dessa forma, o conjunto vazio, nome próprio do vazio, que vem à existência – $\exists \emptyset$ – pela negação da pertença de qualquer elemento – $\neg \alpha \mid \alpha \in \emptyset$ – é ele mesmo uma sutura (*Ibid.*: 62), qual uma rolha.

A partir da existência primeira do \emptyset os axiomas encarregam-se de derivar as demais. Há dois modos de se ser: 1) como elemento, pela pertença (\in) – que já vimos –; e 2) como parte, pela inclusão (\subset). Se todo múltiplo apresentado pelo múltiplo α é também apresentado pelo múltiplo β dizemos que α é parte de β : $(\forall \gamma) [(\gamma \in \alpha) \rightarrow (\gamma \in \beta)] \rightarrow (\alpha \subset \beta)$; mas não decorre dessa diferença que elementos e conjuntos sejam distintos em sua natureza: continuam ambos sendo múltiplos. O único detalhe é que a pertença implica na apresentação, pois quando digo $\alpha \in \beta$ digo que α cai sob um conceito que é a conta-por-um que resulta em ou que é β . A inclusão não implica na apresentação: a sutileza da definição matemática de inclusão é que não se pode afirmar a partir dela que tanto α quanto β se esgotam em elementos.

2.2

O excesso

O *axioma dos subconjuntos* articula presença e inclusão definindo um tipo especial de conta-por-um em um conjunto dado α que é recolhida um outro conjunto chamado “partes de”, que se escreve $p(\alpha)$ e que conta as partes de α como elemento: $\beta \subset \alpha \rightarrow \beta \in p(\alpha)$ (*Ibid.*: 58). Dessa forma, a conta-por-um é estendida ao que, num múltiplo, se distingue daquilo que já está contado, ou seja, daquilo que se apresenta. Se o conjunto dos múltiplos que pertencem a α é igual a α : $\alpha = p(\alpha)$, o conjunto dos múltiplos incluídos em α não o é: $p(\alpha) \neq \alpha$ (*Ibid.*: 75). Na medida em que α é a própria estrutura apresentativa, $p(\alpha)$ é então “uma outra conta que “fecha” a primeira porquanto todas as subcomposições de múltiplos

ponto, pois ela não é nem local nem global, estando antes espalhada por toda a parte, em lugar algum e em todo lugar, como o que nenhum encontro autoriza a considerar como apresentável” (*Idem*).

internos, todas as inclusões, são reunidas por ela” (*Ibid.*: 75). A estrutura implica nesta reduplicação da conta ou conta da conta.

Mas o que nos interessa diretamente e que justifica toda essa nossa imersão na teoria dos conjuntos, é que é possível demonstrar que $p(\alpha) > \alpha$, o que é posto pelo *teorema do ponto de excesso*. Esse é um teorema ontológico crucial que diz que $p(\alpha)$ possui pelo menos um elemento a mais que α (*Idem*), o que é demonstrado da mesma forma como Russell entristeceu Frege: toma-se um α supostamente existente e “separa-se” dele um múltiplo que será então uma parte existente, um conjunto γ formado por todos os múltiplos ordinários de α , *i.e.*, múltiplos que pertencem a α mas não pertencem a si mesmos: $\gamma = \{\beta \mid \beta \in \alpha \ \& \ \beta \notin \beta\}$ – lê-se: “ γ é composto de todo β tal que ...”; γ é o *subconjunto ordinário* de α , e segue-se daí que:

$$\gamma \subset \alpha \rightarrow \gamma \in p(\alpha) \dots \rightarrow \gamma \notin \alpha !$$

Porque, para se ter que $\gamma \in \alpha$ então ele é ordinário, do que decorre que tem que pertencer ao subconjunto ordinário. Só que o subconjunto ordinário é ele mesmo (γ), e então temos que $\gamma \in \gamma$ o que implica em ele ser não-ordinário. Uma vez assim, γ não pode pertencer mais aos ordinários, ou seja, a si mesmo, $\gamma \notin \gamma$, o que implica em ele ser ordinário... A prova de que $\gamma \notin \alpha$ vem pelo absurdo de que se $\gamma \in \alpha$ ele é ordinário e não-ordinário ao mesmo tempo. Então há pelo menos um elemento $\gamma \mid \gamma \in p(\alpha) \ \& \ \gamma \notin \alpha$.

O *teorema do ponto de excesso* mostra que “nenhum múltiplo está em condição de fazer um de tudo o que inclui” (*Ibid.*: 76), há o que escapa à conta por um que é α . Não se pode dizer que se $\gamma \subset \alpha$ então $\gamma \in \alpha$ para nenhum α , porque “a inclusão excede irremediavelmente a pertença” (*Idem*). Se a passagem para $p(\alpha)$ é uma operação “em excesso absoluto sobre a própria situação” que é α (*Ibid.*: 75), é por que o “recurso imanente” de cada múltiplo ultrapassa esse mesmo múltiplo como conta-por-um (*Ibid.*: 76).

Com as suas definições de pertença e inclusão e com a suposição da existência de um múltiplo pelo *axioma da separação*, a ontologia afina com a asserção da psicanálise de que só se existe *no* Outro, que não se pode existir por si

mesmo (BADIOU, 1994: 96) e que a estrutura psíquica definida como constituída de significantes é como esse Outro se apresenta como contado-por um (*Ibid.*, 97): isso é a pertença. Essa “discretização” do Outro, porém, é resultado de uma contagem que, ela mesmo “não sendo”, permite que se evidencie por um outro tipo de contagem – a do conjunto partes – que há um excesso embutido na situação e que não se apresenta – no que completamos e guardamos para comentário posterior: ou que só se faz notar em ocasiões especiais, episodicamente. Esse incluído é mantido não apresentado pela estrutura significante, que recolhe-o sob a figura do sujeito na forma do vazio que é paradoxalmente, como já vimos até no primeiro capítulo, o suporte que permite que a contagem-por-um seja possível. Assim, a estrutura mantém fora da apresentação tanto o sujeito como vazio quanto esse excesso, pois os dois ameaçam a estrutura apresentativa com a revelação do caráter fictício da contagem-por-um.

Identificamos o *objeto a* teorizado por Lacan, o objeto da psicanálise, a esse excesso, o outro aspecto do vazio que é aquele de esconder em si como “algo não contável” o que do ser-do-múltiplo não é contável. Já mostramos através do Paradoxo de Russell que o múltiplo ordinário de um múltiplo, que é esse ponto de excesso, não é atribuível a um número finito: é esse imensurável mesmo que faz $p(\alpha) > \alpha$.

O que dissemos é a prosa matemática que explica o primeiro esquema da divisão que nos apresenta Lacan (1962-63: 36):

$$\begin{array}{l} A | S \\ \$ | A/ \\ a | \end{array}$$

Ou seja: a constituição do sujeito como uma divisão do Outro suposto por (o encontro com) um mítico sujeito-como-ser, dando como resultado ao mesmo tempo um Outro constituído como significantes e um sujeito privado de seu ser por uma contagem-por-um, restando, apesar disso, algo mais desse Outro e que também é desse sujeito²⁰:

²⁰ Esta asserção será abordada ainda no presente capítulo.

Em relação ao Outro, o sujeito dependente desse Outro inscreve-se como um cociente. [...]. Não é por isso, se assim posso dizer, que ele corta o Outro em rodela. Há, no sentido da divisão, um resto, um resíduo. Esse resto, esse Outro derradeiro, esse irracional, essa prova e garantia única, afinal, da alteridade do Outro, é o *a* (*Idem*).

Badiou chama esse resíduo de excesso, mas também denomina de “excrecente” isso que não é apresentado em lugar algum na situação “de maneira separada” (BADIOU, 1996: 86), sendo mesmo o valor desse objeto quando o irrompe na experiência, o resíduo em sua acepção de *lixo*, da qual falaremos, mas não antes de elucidarmos o objeto *a* como *número irracional*.

2.3

O irracional

Partindo da seguinte afirmação de Lacan:

um número chamado irracional [...] não é um número que consiste em algo do qual se pode aproximar indefinidamente, não é submergível na série dos números reais precisamente mais que fazendo intervir uma função da que não é por casualidade que se chamou: o corte. Isto não tem nada a ver com um fim que retrocede como quando vocês escrevem: 0,333333... que é um número perfeitamente comensurável: é um terço de um. Para a diagonal, se sabe desde os gregos, porque é estritamente incomensurável, a saber que nem uma de suas cifras é previsível até o fim dos fins (aula de 16/12/65).

concluimos que teremos que abordar a relação entre o número racional e irracional, a função do corte e a concepção de limite, que depende por sua vez das de infinitude e de série²¹.

Já citamos as séries. Por exemplo, o conjunto dos números naturais é uma coisa e a série dos números naturais é outra; ela depende de que esse conjunto seja posto “em ordem”²², necessitando-se para isso da ação de uma relação que tome todos os termos desse conjunto, dois a dois, que pode ser, por exemplo, a relação “maior do que” ($>$). É simples determinar essa relação no caso dos números naturais: uma vez n e m sendo naturais, são conjuntos de conjuntos de, respectivamente, n e m termos, e aquele que possuir sobra de elementos após a relação um-um entre seus termos será o maior, resultado que podemos imajar

²¹ “A concepção de limite [...] é uma concepção serial” (RUSSEL, 2007: 48).

²² “A ordem não reside na classe de termos, mas na relação entre os membros da classe (*Ibid.*: 50).

posicionando, sobre uma reta, o maior à direita do menor. A relação $>$ é assimétrica (se $x > y$ então $y \not> x$), transitiva (se $x > y$ e $y > z$ então $x > z$), conexa (ou $x > y$ ou $y > z$) e anti-reflexiva ($x \not> x$) (RUSSELL, 2007: 50-51). Há outros tipos de série: por exemplo, as progressões. Uma delas é aquela formada pela relação de sucessão ($n + 1$).

No pensamento do senso comum há uma confusão. Achamos que quando tomamos outros tipos de números, supostamente mais complexos, estes novos incluem os anteriores como casos especiais, o que não é verdade (*Ibid.*: 85). Genericamente, o inteiro positivo $+m$ é a relação que $n+m$ mantém com n , e o negativo $-m$ a relação que n mantém com $n+m$. A mesma coisa vale para os fracionários ou racionais, quando tomamos m/n por uma relação um-um entre naturais x e y , de forma que $m.y = n.x$ (*Ibid.*: 86). Da mesma forma, a relação m/n não pode ser confundida com o natural m (conjunto de todos os conjuntos com m elementos), uma vez que são objetos distintos (*Ibid.*: 87).

Podemos ordenar os racionais, no entanto, em uma série. Foge ao nosso propósito desenvolver aqui o algoritmo da relação “maior do que” para dois racionais, bastando indicar que ela é possível e gera uma *série compacta*, ou seja, é passível de demonstração que dois termos nunca são consecutivos porque entre eles haverá sempre outros. Por exemplo, entre p/q e m/n há, pelo menos, $(p+m)/(q+n)$ (*Ibid.*: 88).

Dado o que expusemos, é fácil entender que o que fez problema para Lacan e a matemática não foi o número 0,3333..., pois ele pode ser escrito na forma da razão $1/3$ que é perfeitamente posicionável sobre a série dos racionais. A questão é que sabemos, desde Pitágoras, que operando com mensurações – que é um domínio de aplicação das razões, dos números racionais – chega-se a comprimentos não traduzíveis por nenhuma fração: por exemplo, a diagonal do quadrado. Os números relativos a esses comprimentos vieram a ser chamados de irracionais.

Dedekind (1901) problematizou a continuidade na série dos racionais, o que à primeira vista pode parecer estranho uma vez que, sendo esta uma série compacta, intuitivamente não podemos conceber que ela possua “furos”. Tomando esta série como se estendendo infinitamente para a direita e para a esquerda, Dedekind estudou o que acontece na vizinhança de cortes realizados

nessa série, cortes que geram dois segmentos, A e B. Percebeu então que sobre essa reta é possível realizar cortes que não correspondam a nenhum racional. Se D é um inteiro positivo que *não corresponde a quadrado de nenhum número*, então decorre que existe um inteiro λ tal que $\lambda^2 < D < (\lambda+1)^2$. Por exemplo: $(1)^2 < 2 < (2)^2$, e então vale que $1 < \sqrt{2} < 2$. Segue-se uma demonstração complexa que não tem outro fim que o de mostrar que frações partindo da direita de λ ou da esquerda de $\lambda+1$ podem se aproximar de \sqrt{D} sem porém alcançá-lo, pois pela natureza de D de não ser quadrado de nenhum número decorre que o corte \sqrt{D} não é racional (*Ibid.*: 6-7).

Se definimos que o *máximo ou mínimo da série* (ou segmento de reta) *está* na série, e que *limite* é um termo que não está na série mas esta a ele se refere de modo que nenhum elemento da série lhe possa ultrapassar para menos (limite inferior) ou para mais (limite superior), então, considerando um corte correspondendo a um racional ou a um não racional, pode acontecer que (RUSSELL, 2007: 92):

a) A possua máximo e B possua mínimo: trata-se de séries onde há termos consecutivos (p.ex., série dos números naturais, onde o corte fica entre n e $n+1$) – não nos interessa;

A-----máx)(mín -----B

b) A tenha máximo e B não tenha mínimo ou *vice-versa*: o corte incide sobre um racional a , e então pode-se escolher se a é máximo de A (está contido em A) ou mínimo de B (está contido em B); no 1º caso, o máximo de A será o limite inferior de B e, no 2º, o inverso;

A -----máx)----- B ou

A ----- (mín-----B

c) nem A possua máximo e nem B, mínimo: há uma “lacuna”.

A -----○----- B

O último exemplo nos interessa particularmente, pois Dedekind diz que sempre que encontramos um corte não produzido por um racional – corte que leva seu nome – devemos criar um novo número, irracional, que se identifica a esse corte ou que produz esse corte (DEDEKIND, 1901: 7). Assim, Dedekind julgou restabelecer a continuidade dos números na série dos números reais como uma série consistida na mesma série dos racionais porém “enxertada” com os números irracionais. Russel (2007: 94) viu aí um forçamento e até uma desonestidade, já que Dedekind caiu em uma armadilha que ele, Russell, já apontara: a de considerar na mesma série elementos de natureza distinta – ou seja, achar que os domínios podem ser superpostos; que, “no fundo, no fundo”, o que existe mesmo são os números reais. O “horror à lacuna” parece ter assolado Dedekind, que pôs em forma de axioma que esta deve sempre ser preenchida (*Idem*). A questão é que verifica-se com o último caso que *os segmentos racionais não possuem fronteira* – *i.e.*, não possuem nem máximo, nem mínimo, nem limite máximo, nem mínimo – porque não há ali um número que sirva para dizer que nenhum número da série poderá ser menor ou maior que ele: ali não há nada (*Ibid.*: 91).

A série dos racionais é uma e a dos reais é outra, que deverá ser “construída” através de uma nova relação (*Ibid.*: 96). A “postulação” (*Ibid.*, 94) de Dedekind faz ressoar para nós o caminho das “ontologias da presença” que Badiou nos colocou como vedados pela teoria dos conjuntos: a tentativa de achar o Um por trás do múltiplo. Podemos traçar então um paralelo entre esse número irracional que irrompe no meio das operações racionais como o excesso, a excrescência, do ser-enquanto-ser. Achamos essa afirmativa válida se levamos em consideração que a contagem-por-um com a qual nos deparamos na experiência cotidiana pode ser tornada equivalente à dos números racionais, uma vez que esses números não nos perturbam de forma alguma e tendo em vista que seus elementos recebem o mesmo nome daquela faculdade que insistimos em atribuir à consciência: razão.

O que acabamos de dizer é justamente corroborado com o desenvolvimento da série dos reais que Russel apresenta (*Ibid.*: 95). Ele define os números reais como segmentos, havendo os que correspondem a razões e os sem fronteira. Os primeiros consistem de todas as razões menos a razão que é o limite – que é o número real correspondente. Dessa forma, o que era limite das razões

passa a ser o próprio número real. Por exemplo, o real 1 é a classe das frações menores que 1. O que não era limite, ou seja, os irracionais, surge como limite na série dos reais. Por exemplo, o real $\sqrt{2}$ é o limite dos segmentos correspondentes a razões cujo quadrado é menor que 2, ou o segmento contendo todas as frações cujo quadrado é menor que 2. Uma vez que os segmentos podem ser postos em relação de todo e parte (*Idem*), reencontramos a linguagem da teoria dos conjuntos e, nela, o excesso que representam os números reais que aparecem na recontagem que faz surgir os números reais como uma recontagem como a que é realizada pelo conjunto partes. Poderíamos escrever que: reais = p(rationais).

Lacan ainda aproximou o objeto *a* de um número irracional específico qual seja o *número de ouro* (aula de 31/05/67), recurso que utilizou em um contexto no qual abordava a “contagem das pessoas” em uma relação, ou melhor, a questão da complementaridade entre pessoas, que Lacan resumia com a expressão *relação sexual*. Antes de tratá-lo, porém, precisaremos atingir a dimensão da satisfação na experiência utilizando a linguagem psicanalítica, ou seja: a questão da busca do objeto e a torção que ela sofre com a posição do sujeito frente ao Outro.

2.4

As dimensões do objeto: do desejo, do amor e do gozo

Utilizaremos a orientação geral de Diana Rabinovich (2007: 6) de que há três perspectivas ou dimensões do objeto na psicanálise freudo-lacanianiana. Primordialmente, e como condição de possibilidade das outras duas, está a do objeto do desejo, “o objeto perdido da experiência de satisfação alucinatória” tal como Freud o apresentou no capítulo VII da *Traumdeutung* (1900: 593-596) após tê-lo definido no *Projeto* (1950[1895]). As outras duas são a do objeto da pulsão parcial – da qual nos aproximaremos ao final – e a do objeto de amor²³.

Freud construiu um aparelho psíquico baseado no arco reflexo (1950[1895]: 370), porém com alterações que o tornaram bem especial. Nele, um sistema de neurônios deve dar conta de escoar os estímulos aferentes através de ações motoras, mantendo a energia interna no nível mais baixo possível –

²³ Nos valem aqui também do percurso que vai da falta ao objeto *a* como sugerido por DARRIBA, 2005.

princípio conhecido como de inércia neuronal e que desembocou no princípio da constância (*Ibid.*: 348). O complicador é que há, ao lado dos estímulos perceptivos, os que se originam no interior do organismo, dos quais o aparelho não pode se esquivar e que são tomados por este como exigências de trabalho oriundas dos órgãos – que mais tarde Freud batizará de pulsões (*Ibid.*: 349). A satisfação dessas exigências no homem é tal que depende de uma ação específica (*spezifische Aktion*) (*Ibid.*: 369) realizada por alguém, dada a sua imaturação neuro-muscular que não lhe fornece nem a coordenação suficiente para caçar e, talvez o pior, nem o registro interno desse objeto. Feito tábula rasa neste sentido, um aparelho cujos caminhos de escoamento vão sendo trilhados na experiência induz a que se pense na primeira delas.

Essas exigências internas de satisfação das quais o aparelho não pode se esquivar e que aumentam de tempos em tempos – por exemplo, as relativas à fome –, cessam apenas com o encontro com determinados objetos e é aí justamente que Freud separa a satisfação da necessidade da realização do desejo. Se a aceitação pelo bebê de algo que lhe é oferecido e que o mantém vivo, aplacando a pulsão correspondente, quiser ser vista como satisfação de uma necessidade, que se perceba então que esse objeto – leite ou fanta laranja²⁴ – só traduz essa necessidade *a posteriori*: *nachträglich*, ou seja, não há a figura da “intenção” aqui. Darwin (Cf. [1859]) também parece não ter sido bem compreendido nesse ponto, pois sua teoria negaria que os seres abissais desenvolveram olhos “especiais” para adequarem-se à escuridão de seu meio, mas sim que esses olhos surgiram devido à recombinação genética e às mutações entregues ao *puro acaso*, e que permitiram – *a posteriori* – que seus donos vencessem em seu ambiente, ou seja, reproduzissem. Vale a pena insistir nesse ponto: que o homem seja biologicamente classificado entre os mamíferos quer dizer tão-somente que as fêmeas possuem a capacidade de produzir o leite, e não que haja uma relação prévia e complementar entre uma necessidade do bebê e o que a mãe oferece – o que revela o aspecto contingencial do objeto. A radicalidade de Freud é então a de marcar que o bebê não chega ao mundo com

²⁴ “Aquilo que não existe na natureza já é uma criação do desvio das necessidades por parte da linguagem” (MILLER, [1992a]: 191).

necessidades, mas que uma ação específica da mãe possibilita uma montagem que oferece a ele o que buscar, nomeando uma necessidade vazia.

Desse primeiro momento, um trilhamento neuronal será produzido, associando esses três elementos: a exigência, a imagem mnêmica do objeto oferecido e a ação motora de descarga. Num segundo incremento da urgência, esse trilhamento será investido e, com isso, a imagem mnêmica do objeto primordial, o que resultará na alucinação do objeto que surgirá como que se originando no sistema perceptivo, de modo similar ao que acontece no fenômeno dos sonhos, pelo investimento maciço num trilhamento mnésico em movimento regressivo ao do arco reflexo. Se a imagem mnêmica possibilita buscar objetos externos que se aproximem dela por servir de parâmetro de comparação, “trata-se [...] de encontrar uma indicação para distinguir entre percepção e lembrança” (*Ibid.*: 377) pois essa imagem ela mesma deve ser descartada como objeto fruível, no que se constitui como objeto perdido. Decorre daí que uma vez que o descarte da lembrança é possível, o que for encontrado não satisfará plenamente. Freud, assim, inverte a lógica: a imagem não satisfaz, então é a diferença entre a imagem e a próxima aparição que move o homem. Essa tendência a reencontrar (*Wiederzufinden*). Voltar a pôr em cena essa imagem mnêmica, como nos sonhos, é realização de desejo.

A partir dessa definição Lacan pôde então realizar sua crítica aos pós-freudianos, pois, ao sublinhar a “realização” como forma de satisfação do humano – realização cujo objeto se apresenta como irremediavelmente faltoso –, revelou ser incompatível com a experiência freudiana uma teoria da relação de objeto que privilegiava uma concepção de objeto como objeto harmônico, complementar ao sujeito, alcançável ao fim de um desenvolvimento maturacional de sua [do homem] relação com a realidade, como objeto genital (LACAN, 1956-5: 13), isso querendo dizer que o homem assim se sabendo tomaria a mulher como objeto de reprodução e *vice-versa*. Ao contrário, definiu essa busca como impossível por estrutura, e não por um problema natural ou em relação ao social (RABINOVICH, 2007: 15). É importante frisar que a concepção harmônica do objeto levava a psicanálise a um desvio, ao assumir a normalização do sujeito como objetivo inevitável.

Mas, uma vez tendo obtido sucesso na sustentação do lugar central da falta na questão do objeto da psicanálise, Lacan retomou o problema através da noção freudiana de Coisa (*Das Ding*) – do *Proyecto* – para atacar a falta como que resultando da perda de algo que supostamente se teria tido. Figurando como um núcleo que permanece exterior ao mundo subjetivo do inconsciente, definido este como uma trama de significantes (LACAN, 1956-57: 91), a Coisa é índice de uma falta na origem mesma, o que a torna condição de possibilidade do desejo. Com isso, uma vez que a Coisa é de acesso impossível²⁵, o gozo – a satisfação – é concebido como interditado ao humano.

Essa solução, porém, coloca a origem do desejo como fora da experiência, o que pode suscitar a infiltração da transcendência na psicanálise. Se o que animou a pesquisa de Freud foi “descobrir a verdade do psiquismo humano na efetividade corporal e na emergência social de toda existência humana” (BAAS, 2001: 21) foi necessário um passo epistemológico a mais de Lacan para assegurar o estatuto ético de uma realidade psíquica (*Ibid.*, 22) que, até esse ponto, era composta de significantes e assombrada pelo fantasma transcendental da Coisa.

Era preciso um objeto que fizesse “substância” dessa falta (DARRIBA, 2005: 70), colocando num plano “material” todos os elementos em jogo na experiência. Fugir da transcendência implica em considerar a “presença” da causa do desejo de alguma forma. Se o desejo insiste e ele se dirige aos objetos, deve-se admitir que na “composição” dos objetos comuns da experiência entre algo que o cause: é a Coisa como que no mundo. A percepção crucial aqui é o fato de a Coisa estar excluída não impedir que ela se represente sempre por outra coisa (LACAN, 1959-60: 149), o que podemos exemplificar de forma clara com as criações artísticas: objetos elevados à Sua dignidade (*Ibid.*: 141).

Mas colocado assim o objeto, com esse brilho, em sua versão agalmática, é ainda algo que se encontra no “mesmo nível” do desejo – “na frente”, como se diz – e não em posição de sua causa; é ainda um objeto visado, de amor: aquele que alimenta todas as ilusões da intencionalidade (“eu quero...”) e da complementaridade (“eu necessito...”). Para cernir esse novo objeto foi preciso olhar mais de perto a repetição, que passou a ser tomada por Lacan como

²⁵ “A coisa está perdida como tal, posto que, para voltar a encontrá-la, seria necessário retornar a todas as contingências de sua aparição” (BLANCO, 2008: 51).

repetição de tropeços (*tyché*), de falhas, e não como repetição “de sucessos” causada pelo girar incessante de significantes (*automaton*, como em um programa). Ou seja, a cadeia significante repete o que não conseguiu e, nesse percurso, tropeça. Dizendo de outra maneira, a repetição não é repetição do mesmo, porque ela tropeça no objeto *a* causa dessa repetição e ponto central da órbita da cadeia significante. Posto “atrás” do desejo, ele é índice de algo que está de alguma forma incluído na experiência como inassimilável²⁶.

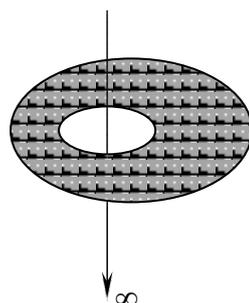
Na linguagem de Freud do *Projeto*, diríamos que o aparelho não tem como reduzir a zero ou manter próximo de zero os estímulos que nele entram e que, em verdade, esse funcionamento do princípio do prazer dá mais bem como resultado uma repetição, que revela um mais além dele (BRODSKY, 2001: 67) e que justifica a teorização do objeto *a* como sua causa.

Em seu décimo seminário, Lacan (1962-63) problematiza a constituição do corpo, quando corpo significa “corpo pensado”, aquele que delimita o que reconhecemos como “nosso corpo”. Podemos resumir esse desenvolvimento dizendo que o corpo é apresentado como uma conta-por-um sobre o real do corpo. Se o objeto *a* nesse seminário é definido como uma extração corporal, como um pedaço que deve cair do corpo como perda justamente para possibilitar a sua constituição, então podemos dizer com a matemática que se ele está no corpo não figura neste como elemento: está nele incluído como parte. Essa perda é perda como elemento, pois que no real não há perda²⁷: é perda operada pela lógica.

Esses pontos de perda não raramente se localizam nos orifícios da superfície corporal que não por acaso são denominados de zonas erógenas. O que caracteriza as zonas erógenas é o fato de elas não poderem ser reabsorvidas pela contagem-por-um, e aparecerem tal qual um número irracional em uma série racional: como uma lacuna. Dizer isso é dizer que uma zona erógena não é um *saco* – com o qual se poderia driblar a descontinuidade uma vez alcançado seu fundo –, mas que ela é um *furo* (VIEIRA, 1999: 47-48):

²⁶ As ideias desse parágrafo foram tomadas de MILLER, 2005c: 48-50.

²⁷ “[...] no real não há buracos” (VIEIRA, 1999: 49).



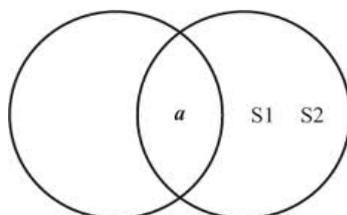
Um furo implica a infinitização, a mesma do número atribuível ao conjunto “partes de”. Podemos então melhorar a nossa fórmula: não é que todo buraco anatômico implica numa abertura para o infinito que contrasta com a conta-por-um do corpo, e sim que qualquer lugar da superfície corporal que implique essa infinitização funcionará como furo ou zona erógena (*Ibid.*: 49). Então, a mortificação que assola o corpo da qual falamos no primeiro capítulo, resultado do avanço do significante sobre ele, é contornável aqui pelo fato de que a conta-por-um alcançar só alcança uma estabilidade pela manutenção dessas zonas de exceção onde o gozo permanece localizado, exilado, enredado nessa infinitização: lembremos que o conjunto vazio é parte de qualquer múltiplo. O traçado da via de satisfação, ou do gozo, ou da pulsão, então é aquele circular que contorna a zona erógena e, assim, contorna um conjunto vazio como lugar do objeto assim extraído. Esse vazio é aquele que, na teoria dos conjuntos, permanece escondido nas partes:

Tudo o que Freud soletra das pulsões parciais nos mostra [...] esse movimento circular do impulso que sai através da borda erógena para a ela retornar como sendo seu alvo, depois de ter feito o contorno de algo que chamo de objeto *a*. Ponho que [...] é por aí que o sujeito tem que atingir aquilo que é, propriamente falando, a dimensão do Outro (LACAN, 1964: 183).

O furo é uma zona de conexão com o Outro, mas com Sua parte – algo como um cabo USB que conecta dois computadores. É um desenvolvimento sutil. Temos que chamar a atenção para o fato de que obtemos o mesmo resultado aplicando a conta-por-um sobre o corpo e sobre o objeto visado: uma parte dominada pelo significante e um furo. Sublinhamos ainda o fato de que dizemos que “temos” um corpo e, nesse sentido, embora “nosso”, o corpo é do Outro, uma

vez que a conta-por-um que ele é realiza-se com significantes do Outro, prévios à sua existência.

O que descrevemos é comumente figurado como:



onde o objeto aparece como uma zona entre si e o Outro que permite ao mesmo tempo sua separação e articulação ou enganchamento. Podemos ler de duas formas diferentes. O círculo da esquerda pode ser tanto o sujeito como figurar como o corpo – nesse último caso é mais fácil ver que os círculos em verdade são os mesmos. A figura facilita a dedução de que a dimensão do gozo assim colocada implica em que direcionar-se ao Outro é direcionar-se ao objeto no Outro, e que isso implica em tratá-Lo como que esartejado, utilizá-Lo somente como apoio para “recheiar” o traçado da pulsão. O enganchamento se dá então pelo recobrimento de duas faltas, que faz com que o furo da zona erógena e o furo no Outro se imantem. Percebe-se que esse funcionamento não é compatível com aquele do amor, o da tomada do Outro como semelhante e complementar.

2.5

A angústia

Deduz-se também que possam haver situações episódicas nas quais a conta-por-um vacila e o excesso se faça notar como angústia, única tradução subjetiva da presença do objeto *a* (LACAN, 1962-63: 113). O corpo então se desfaz e em assim sendo desaparecem os limites que possibilitam a diferenciação do que é o Outro e do que somos nós: é a emergência do objeto destruindo as construções da linguagem assim como vimos acontecer no Paradoxo de Russell. Uma vez que a “nossa” conta-por-um é um depósito de traços que tomamos emprestado do Outro – o eu, ela é dependente da conta-por-um que fazemos do Outro, ou seja, depende de uma certeza quanto ao que é e o que quer o próximo,

de ele ser tomado como semelhante – ou mesmo de a cultura ser tomada como um conjunto de convenções. A súbita apresentação do Outro como não semelhante levanta a questão sobre Seu desejo e, uma vez que a derrocada de sua conta-por-um é também a da nossa, nos perguntamos que posição ocupamos nele: a indefinição quanto ao que o Outro deseja faz com que a falta que sustenta a conta-por-um vacile. Dessa forma, o nosso “ser”, encontramos-lo articulado ao desejo do Outro.

Como vimos, a falta então não pode ser tomada em sua acepção negativa, como carência, uma vez que é estruturante: é ela que permite a entrada no jogo da negociação, da disputa e do acordo (VIEIRA, 2007: 32); caso contrário, “pode-se tudo”, “quer-se tudo”, “têm-se tudo”, situação geradora de angústia. Sobre a angústia, Kierkegaard (2007), referência para Lacan no assunto, diria que:

[...] é a realidade da liberdade enquanto possibilidade frente à possibilidade. Esta é a razão de que não se encontre nenhuma angústia no bruto, precisamente porque este, em sua naturalidade, não está determinado como espírito (*Ibid.*: 88).

Podemos ver assim marcada a articulação da angústia com o momento de ameaça à estrutura, à conta-por-um. Didier-Weill (1998: 15), no mesmo sentido, chama a nossa atenção para o fascínio que causa a luta envolvida na transformação de uma pessoa em mostro nos filmes de terror, e não a transformação completa (como comumente se pensaria): é preciso que haja algo estruturado que esse “instante de indecisão” aterrorize como transbordamento de um excesso.

Nesse sentido, é importante marcar que o objeto como não extraído não é o “mostro”, resultado final da derrocada integral da conta-por-um. Podemos dizer que a prática raramente se depara com isso. O objeto é mais bem aquilo que se mostra de banda, que se insinua episodicamente, uma vez que as vacilações da conta-por-um se apresentam via de regra como uma pulsação: abre-se uma hiância, “o que se produz nessa hiância [...] se apresenta como um achado” (LACAN, 1964: 30), e a conta-por-um volta a se restabelecer. Esse achado é um achado que se repete, que está articulado à repetição, repetição que leva o estilo do objeto relativo à zona erógena de que se trata: estilo oral, anal, vocal ou o olhar.

Não é sem tempo lembrar que em todo esse nosso desenvolvimento sobre a estrutura como conta-por-um e a sua ameaça pela emergência de um excesso como paradoxo – ou seja, a forma como apresentamos a estrutura significativa, o sujeito e o objeto a –, bem como a maneira como situamos a angústia nessa emergência, em tudo isso, é à estrutura em jogo na neurose que nos referenciamos visando elucidá-la. Muitos ajustes seriam necessários a esse modelo para que ele servisse também a dar conta da psicose, de modo que não temos por objetivo trilhar esse caminho.

2.6

O anarmônico

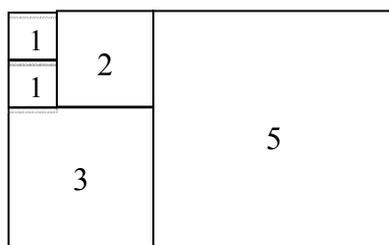
A experiência freudiana mostra como não se consegue contar o Outro por um nem contar-se a si mesmo por um, nem fazer um de duas pessoas e nem fazer dois de duas pessoas. Há sempre $(1+a)$ na situação. Lacan lança mão da divisão anarmônica (aula de 10/05/1967) como metáfora da inexistência dessa complementaridade ou da inexistência do ato sexual, “no sentido em que este faria a conjunção, sob uma forma de repartição simples, aquela evocada pela técnica usual do serralheiro, das chamadas peça macho ou peça fêmea” (PORGE, 1999: 129).

Esse desenvolvimento nos leva de volta ao “número de ouro”, que abordaremos de forma mais simples através da *série de Fibonacci*. A denominação “de ouro” provém de um retângulo de medidas especiais (M, m) , um tal que se à sua largura for adicionado um quadrado com lado igual ao comprimento do retângulo original (M, M) , o retângulo assim obtido, aquele representado pelo perímetro da figura obtida $(M+m, M)$, terá as mesmas propriedades do original. Ou seja, vale que:

$$\frac{\text{comprimento}}{\text{largura}} = \frac{M}{m} = \frac{(M+m)}{M}$$

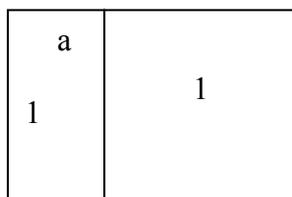
Não é difícil notar que essas duas frações correspondem ao cálculo da razão entre termos consecutivos de uma série $(m, M, (M+m), \dots)$ formada por uma relação do tipo $x_n = x_{n-1} + x_{n-2}$, relação que gera, por exemplo, a *série de*

Fibonacci: 1, 1, 2, 3, 5, 8, 13, ... – na qual cada novo termo é a soma de seus predecessores imediatos e tendo os dois primeiros números da série como dados (1 e 1). Geometricamente, se o primeiro retângulo tiver dimensões $m = 1$ e $M = 2$, o que equivale a dois quadrados de lado 1 – exatamente os dois primeiros termos da série –, o lado de cada quadrado adicionado a cada passo na obtenção de novo retângulo de ouro será um novo termo da série de Fibonacci:



É possível construir paralelamente uma série composta das razões $(x_{n+1})/x_n$. Sobre essa série Dedekind diria que ela possui um limite correspondente a um corte irracional igual a $(\sqrt{5}+1)/2$, que é o número de ouro (φ) para o qual tende a série.

Lacan faz do objeto a o inverso de φ : um irracional menor do que 1. Sendo assim, pode-se fazer a mesma construção tomando como passo base um retângulo de ouro de lados $M = 1$ e $m = a$:



O a representa a criança que, como produto da relação dos pais, deverá se confrontar, em suas relações futuras, com a unidade evocada pela suposta união complementar mãe-criança (o 1 do 1º retângulo). Segue-se que a medida entre o a e essa unidade não é inscritível no campo das razões, uma vez que decorre das proporções que a encontra uma definição recursiva, qual seja $a = 1/(1+a)$, que pode ser escrita como $a = 1/(1+(1+...))$. Essa repetição de uns que dá a série de significantes à *Fibonacci* são os significantes que tentam representar o sujeito como contado-por-um em uma relação sexual (*Ibid.*: 131). Uma vez que os

significantes podem ser tomados como termos naturais da série de Fibonacci, Lacan utiliza esse desenvolvimento para mostrar que *a* corre “por baixo” da série significante, insinuando-se a cada passo do deslizamento significante, só sendo representável na série das razões por uma lacuna que corresponde ao irracional $(\sqrt{5}-1)/2$ ²⁸.

2.7

A letra

Em seu vigésimo seminário Lacan nos recomenda ler Joyce para notarmos que naquela escrita esquisita o significante vem recheiar o significado dando como resultado algo enigmático que é da mesma ordem do que se verifica nos lapsos (LACAN, 1972-73: 42). Chama a atenção assim para a dimensão da letra, o que há de mais concreto em uma fala mas que deve permanecer oculto para que a linguagem cumpra sua função de transmissão de mensagens (VIEIRA, 2007: 137). É mais ou menos como ouvir algo em sua língua como se ouviria em uma língua que não se conhece: quem não teve a experiência de curtir as músicas americanas sem sabê-las traduzir? Quando aprendemos seu significado, isso quer dizer que perdemos, deixamos de fruir, de seu borrão de tinta ou de seu som (*Ibid.*: 114).

A emergência da letra então é comparável à do objeto *a*. Um finado professor e amigo nos disse uma vez que quando a língua da namorada parece um bife invadindo e dançando dentro de sua boca, está na hora de pedir as contas: afinal, ou a anatomia ou a história de amor (*Ibid.*: 137).

²⁸ A possibilidade da determinação do valor do objeto *a* que esse desenvolvimento pode sugerir é questão que será abordada no capítulo 3.

Interlúdio (II): sujeito \diamond objeto

O sujeito está [...] em uma exclusão
interna a seu objeto.

Jacques Lacan, 1966: 875.

Uma vez que identificamos o sujeito da psicanálise com o conjunto vazio ou o zero, e fizemos do objeto a tanto aquilo que é excluído para que seja possível o estabelecimento de um “corpo” – de uma forma ou de uma contagem-por-um – quanto isso que, emergindo, ameaça os limites desse corpo, percebemos que a relação sujeito-objeto não se configura uma relação simples, uma vez que fica parecendo que eles ocupam o mesmo lugar e que com isso chegamos a má conclusões. É então que lembramos, para resolver essa estranheza ou aumentá-la, como o nosso percurso apresentou o sujeito como uma sutura, um ponto problemático, ponto este que deixa excluído da dimensão na qual se insere – a dos significantes ou a dos elementos – todo aquele aspecto do múltiplo como não contável que emergirá como excesso, como objeto a .

A princípio pode parecer que sujeito e objeto são apenas dois lados de uma mesma coisa, como as faces de uma moeda. Tanto um quanto outro ficam ocultos da experiência comum, o primeiro encoberto pelos saberes, e, o outro, pelos objetos do mundo e pelos outros da convivência pelos aspectos de complementaridade e semelhança, respectivamente. O sujeito é o ponto zero da dimensão da significância, e o objeto concentra a dimensão do gozo excluída da anterior.

Mas Lacan apresenta a estranha relação entre sujeito e objeto a como um nó de quatro relações lógicas (aula de 16/11/1966), que escreve com o símbolo \diamond e que se lê “punção de”. As quatro relações estão presentes graficamente nesse símbolo ($\triangleright, \triangleleft, \vee, \wedge$) e as apresentamos através de um exemplo tomado de Regnault (2008), no qual este põe o judeu como objeto a do ocidente:

A implicação direta (se $\$$ então a , ou $\$ \triangleright a$, ou $\$ \rightarrow a$) e a implicação reversa (se a então $\$,$ ou $\$ \triangleleft a$, ou $a \rightarrow \$$) podem ser reunidas em uma implicação recíproca ($\$ \leftrightarrow a$). Assim, Regnault afirma que uma vez sendo a questão judia

uma questão da ordem da verdade, os cristão ocidentais ou o ocidente estão nela implicados, de modo que não poderia haver o ocidente ou o cristianismo sem o judeu e, reversamente, nem o judeu sem o cristianismo (*Ibid.*: 3). Nos termos de Badiou (1996), a conta-por-um, da qual o vazio é ponto zero (\$), não é sem o excesso que permanece velado – e que permanece velado (*a*) por causa mesmo da conta-por-um.

Os judeus se encontram também *disjuntos* dos ocidentais ($\$ \vee a$, $\$ \cup a$, ou-exclusivo: ou \$ ou *a*), o que encontra no extermínio e nos *ghettos* seus exemplos mais chocantes. Mas, curiosamente, encontram-se também em *conjunção* com estes ($\$ \wedge a$, $\$ \sqcap a$), haja vista a existência do Estado de Israel e as relações mais-do-que amistosas que mantém com a maior potência do Ocidente, os Estados Unidos da América. Regnault sublinha que no interior do Estado de Israel há também excluídos ocidentais (2008: 3) e, por nossa vez, lembramos que Jesus era, na origem, judeu e que não almejava deixar de sê-lo: a sua proposta era a de fazer cumprir a lei de Moisés²⁹. Assim, o judeu é ineliminável do cristianismo e está em sua base, ao mesmo tempo em que é aquilo que é mantido exterior. E *vice-versa*.

Um outro exemplo talvez seja mais sensível à maioria: só há casamento se há solteiros, e os solteiros só se reconhecem assim pois que não-casados, e dessa forma não há uns sem os outros (implicação recíproca). Mas se quem casa é um solteiro, o que se dá é que carrega-se um núcleo ineliminável de solteirice para dentro do casamento (conjunção), e não que há uma transmutação completa de um solteiro em um casado. E o problema está aí, pois que um *sobreinvestimento* nesse núcleo torna o matrimônio insustentável e a conta-por-um que ele é se desfaz (disjunção). Quem nunca presenciou o incômodo causado pela presença de um amigo solteiro em uma reunião de casados e também o alívio que representou para as esposas a notícia do engajamento afetivo desse agora-nem-tanto virulento cidadão?

Logo, se a existência e a manutenção do casamento são impensáveis sem a necessária *inclusão* da solteirice, esta, entretanto, tem que permanecer situada como que *externa*, ou seja, permanecer como “esse lugar central, essa

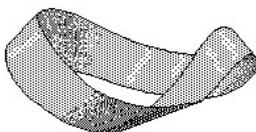
²⁹ "Não penseis que vim revogar a lei ou os profetas: não vim para revogar; vim para cumprir" (Mateus 5:17-18).

exterioridade íntima, essa extimidade” (LACAN, 1959-60: 173): uma posição deveras paradoxal.

Pode ser que se pense que o exemplo da solteirice não parece bom, uma vez que pode sugerir que ela, como objeto a , está no início e é o ser absoluto como fora-da-linguagem. Mas esse desvio não acontece se não perdemos de vista o fato de que não se é solteiro na origem, mas que tornamo-nos solteiros no momento mesmo em que sabemos da existência do casamento, momento em que também perdemos, retroativamente, alguma coisa.

E é mesmo isso que coloca Regnault, quando toma a pergunta que faz o judeu sobre o judaísmo (2008: 3). Não basta para este se definir como não-ocidental – assim como pode não bastar para o solteiro se definir como não-casado. A judeidade surge para o judeu na mesma posição de objeto a , e a relação entre eles se dá na mesma forma quaternária. Não é possível encontrar propriedades que definam a essência do judaísmo, pois todos os traços conhecidos (circuncisão, a fé, ser israelita, traços da religião) não são suficientes para defini-lo. O que se encontra é mesmo uma definição em recorrência (*Ibid.*: 6), do tipo: “judeu é o filho de judeu” – estilo de definição própria ao objeto a , como visto no capítulo 2. Tomar o dinheiro como essência do judaísmo também não oferece uma boa solução, uma vez que o dinheiro ele mesmo não possui propriedades (*Idem*).

É mesmo como aquilo que não aceita cair sob um conceito que irrompeu o objeto a no ensino de Lacan como uma única e simples letrinha. O sujeito tomado como uma sutura é uma forma de desconsiderar a dimensão do objeto a ou de colocá-la em uma posição de simples oposição à dimensão significativa. Por isso a relação quaternária se utiliza de outras figuras para representar algo que se afasta das referências espaciais usuais do dentro e do fora, como por exemplo a banda de Möebius: uma superfície única obtida tomando-se um fita e torcendo uma das extremidades em cento e oitenta graus antes de religá-las.



Estando-se em qualquer ponto há sempre um outro lado, mas o caminhar mostra que esse ponto é alcançável sem a “atravessarmos”, *i.e.*, está sob a mesma e única superfície da fita. Essa figura ajuda a entender o real da psicanálise se tomamos a fita como a linguagem: o “outro lado” está incluído nela, não lhe sendo exterior.

3

Interpretação e construção

O que é a verdade histórica? Não é o que aconteceu, é o remanejamento do que aconteceu pela perspectiva do que será.

Jacques-Alain Miller, 1996a: 99

3.1

Interpretação e sujeito

Ele interpreta o símbolo e eis que o sintoma, que o inscreve como letras de sofrimento na carne do sujeito, se apaga. Essa taumaturgia é chocante para nossos costumes.

Jacques Lacan, 1953: 307

É mais fácil dizer sobre a psicanálise o que ela não é, uma vez que aquilo que lhe é próprio é melhor captado pelas recusas de Freud³⁰. Este localizou no próprio homem a causa do mal psíquico, vendo no sintoma a expressão de um conflito de pensamentos, onde uma rede suposta-coerente de pensamentos pelos quais cada homem se reconhece relega a um segundo plano – recalca – os pensamentos tachados de incompatíveis. A hipótese do inconsciente foi sustentada por Freud através da localização desses pensamentos no real, justamente ali onde, no sintoma, ao acesso de todos, encontra-se sua repetição em ato. As coisas sendo postas dessa forma, o tratamento tornou-se a busca desses pensamentos e a sua comunicação ao paciente.

Apesar de Freud haver inicialmente lançado mão da sugestão e da hipnose, a psicanálise surgiu somente quando Freud abandonou ambas. O sucesso relativo desses métodos dependem da relação que o paciente mantém com o analista, e faz com que nada se saiba da causa da doença – uma vez que a sugestão consiste somente em transmitir ordens ao paciente para que abandone o sintoma – nem que se elimine a resistência do paciente, que é justamente a barreira que permite o

³⁰ “A originalidade do método é feita dos meios de que ele se priva” (LACAN, 1953b: 258).

estado de coisas da doença. O acesso aos pensamentos inconscientes passa por enfrentar a resistência, e para isso o paciente deve permanecer consciente.

Foi então que Freud pôs seus pacientes a falar sobre seus sintomas, ou os sintomas a falar sobre seus pacientes, afastando-se do modelo adotado por outras propostas terapêuticas que tomam o sintoma como algo a ser descartado sem dialética. A psicanálise transmuta o erro em verdade (LACAN, 1955: 410), buscando-a em expressões humanas desvalidas – sonhos, lapsos, esquecimentos, *etc.* –, em detrimento de lugares mais nobres e acessáveis através da elevação do espírito³¹. O relato do paciente sobre seu sintoma, desvalido até Freud, foi igualado em estrutura ao do sonho e o método interpretativo pôde servir igualmente a ambos³². Não é coincidência então que o dispositivo analítico proporcione todas as condições para que o paciente se encontre em estado semelhante ao que acontecem os sonhos: atenção externa diminuída – diminuição do *input* perceptivo – e imobilidade intrínseca ao decúbito dorsal; o paciente assim relativamente isolado do “exterior” volta-se para seu “interior”, para seus pensamentos (MILLER, 2005d: 240-244).

Assim como os relatos, os sonhos apresentam uma resistência implícita, uma censura – pensou Freud; tomando-o como uma linguagem cifrada, pode-se ultrapassar o seu aspecto absurdo pela assunção de um pensamento latente alcançável pelo método³³. Para vencer a resistência intrínseca ao relato e ao sonho Freud diz que, no dispositivo analítico:

“É necessário insistir explicitamente para que [o paciente] renuncie a qualquer crítica aos pensamentos que perceber. Dizemos-lhe, portanto, que o êxito da psicanálise depende de ele notar e relatar o que quer que lhe venha à cabeça, e de não cair no erro, por exemplo, de suprimir um ideia por parecer-lhe sem importância ou irrelevante, ou por lhe parecer destituída de sentido” (1900: 136).

A isso chamou de *associação livre*, e através dela obtém-se o relato do paciente sobre o qual incidem as interpretações do analista.

³¹ “Onde, afinal, se teria podido buscá-la antes, já que o emblema não ajuda a indicar o poço, lugar inconveniente e mal cheiroso, em vez do escrínio onde toda forma preciosa deve conservar-se intacta” (LACAN, 1955: 409).

³² “Faltava então apenas um pequeno passo para se tratar o próprio sonho como um sintoma e se aplicar aos sonhos o método de interpretação que fora elaborado para os sintomas” (FREUD, 1900: 135).

³³ “O sonho é um quebra-cabeça pictográfico desse tipo, e nossos antecessores no campo da interpretação dos sonhos cometeram o erro de tratar o rébus como uma composição pictórica, e como tal, ela lhes pareceu absurda e sem valor” (FREUD, 1900: 304).

Para alcançar o mesmo objetivo da associação livre de vencer a barreira do discurso coerente que o paciente tenta vender – inconscientemente –, “o que devemos tomar como objeto de nossa atenção não é o sonho como um todo, mas partes separadas de seu conteúdo” (*Ibid.*: 138). A interpretação não se dá “em massa” mas “nos detalhes”, os elementos não têm valor em si, mas em relação ao que evocam no paciente e em relação ao posicionamento que ocupam em relação aos outros elementos, o que resumimos dizendo que eles são tomados como significantes e que por isso respondem à sua lógica combinatória – que apresentamos no capítulo 1. A via tomada por Freud nega assim a pertinência de um “dicionário dos sonhos”³⁴, uma vez que ele implicaria em que os elementos dos sonhos tivessem valor por si – que eles fossem aí símbolos ou signos. Isso não é dizer que duas ou mais pessoas não possam traduzir da mesma forma um elemento comum que apareça em seus sonhos ou relatos, mas sim que não se deve deduzir daí que a psicanálise erra em não considera-lo símbolo ou signo. Para esta, o que há aí é *simbolização*, ou seja, o compartilhamento de um significado estável dado por uma cultura a determinados significantes, *a posteriori* – nunca *a priori*.

Tomar os elementos do sonho e do relato como significantes torna inevitável que na psicanálise o analista e o intérprete não coincidam de forma unívoca (AMP, 1996: 25) uma vez que parte do trabalho é realizado pelo paciente: “se colocar diante dele o sonho fracionado, ele [...] dará uma série de associações para cada fração” (FREUD, 1900: 138). Uma técnica “que encarrega o próprio sonhador do trabalho de interpretação” (*Ibid.*: 133) veda também que o analista exerça o poder designado pela estrutura do dispositivo ao lugar de valor dissimétrico que ele ali ocupa: o lugar do senhor, em oposição ao do escravo (MILLER, 1992a: 184). Não é agindo como senhor que ele conduz uma psicanálise: ele tem um poder, mas é recusando-o que ele possibilita o tratamento psicanalítico. É negando-se a conduzir a fala do paciente que o analista possibilita a essa fala mostrar a sua lógica (*Ibid.*: 182).

É importante marcar a especificidade da psicanálise nesse ponto. A decisão de não ação é encenada por Freud como uma romance da aquisição e controle do fogo pelo homem (FREUD, 1932[1931]). Ele descreve como foi vital

³⁴ Freud também não concorda com a interpretação simbólica dos sonhos (FREUD, 1900: 132).

para o controle do fogo não a utilização de seu “adversário natural” – a micção, no caso – mas sim o seu “represamento” (VIEIRA, 2005: 99), a sua renúncia. Assim como este homem primitivo, o analista procede não pelo sufocamento do sintoma, mas, ao contrário, pela sua manutenção no dispositivo através da fala, que permitirá que se faça algo com ele através de um trabalho realizado *in praesentia*. Esse “adoecimento” na análise Freud chamou de *neurose de transferência*³⁵, instauração necessária através da qual o paciente supõe no analista o saber sobre o seu sintoma – um amor dirigido ao analista como alguém detentor de um saber (LACAN, 1960-61: 262).

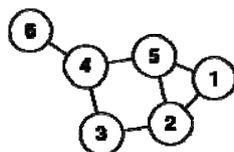
Mesmo na fase pré-psicanalítica Freud já falava dessa participação conjunta na interpretação:

Nesse ponto, em geral temos de nos prevenir contra duas coisas. Se interferirmos com o paciente em sua reprodução das ideias que nele estão jorrando, poderemos “enterrar” coisas que depois terão de ser liberadas com grande dificuldade. Por outro lado, não devemos superestimar a “inteligência” inconsciente do paciente e deixar a cargo dela a direção de todo o trabalho. Se eu quisesse fornecer um quadro diagramático de nosso modo de operação, diria talvez que nós mesmos empreendemos a abertura das camadas internas, avançando *radialmente*, enquanto o paciente cuida da extensão *periférica* do trabalho (FREUD, 1893-1895: 304).

Mas, como se guiar no relato, uma vez que no inconsciente não há nada que indique a realidade, sendo impossível no relato distinguir a verdade da ficção investida de afeto (FREUD, 1897: 310)? O analista pode perceber que o discurso do paciente, aquilo que ele externou facilmente, é dotado de lacunas e imperfeições, e está autorizado a ir buscar ali os “fios de ligação” que são os pensamentos inconscientes (FREUD, 1893-1895: 304). A linguagem utilizada por Freud, a da aproximação do núcleo patógeno da doença por “perfuração” de camadas, não deve nos iludir quanto à natureza do inconsciente. O único material arrancado do paciente pela interpretação – no recorte dela que fazemos – são palavras, palavras ligadas por um elo associativo e que vão, ao longo do tratamento, desenhando uma figura que a matemática conhece por *grafo* ou

³⁵ “[...] o estado de enfermidade do paciente não pode cessar com o início de sua análise, e que devemos tratar sua doença não como um acontecimento do passado, mas como uma força atual. Este estado de enfermidade é colocado, fragmento por fragmento, dentro do campo de alcance do tratamento e, enquanto o paciente o experimenta como algo real e contemporâneo, temos de fazer sobre ele nosso trabalho terapêutico que consiste, em grande parte, em remonta-lo ao passado” (FREUD, 1914a: 167)

*rede*³⁶, e que é redutível às duas dimensões de uma superfície – sem profundidade, portanto.



Resta definir qual o correlato de “avançar radialmente” estando em uma superfície. Perder a esfera é perder-se na orientação analítica? Absolutamente não.

Em um de seus artigos metapsicológicos Freud (1915: 191) afirma que no inconsciente não há lugar para a contradição mútua de tendências de finalidades incompatíveis, que ele não conhece o “não”. Ele exemplifica esse fenômeno com palavras de determinadas línguas que parecem combinar significados contrários, assumir o significado ao mesmo tempo de uma coisa e de seu oposto: a língua egípcia possuía a mesma palavra para significar “forte” e “fraco” (1910: 161-162).

Milner (2003) sublinha que o importante nesse mecanismo não é a *inversão* – o fato de que uma palavra englobe o significado de seu contrário –, mas, sim, a *indiferenciação* (*Gegensinn*) que isso acarreta: *a indecidibilidade quanto à sua significação*. Se para Benveniste dois objetos linguísticos indiscerníveis por sua propriedade de língua devem ser contados como distintos (*Ibid.*, 80) é porque ele não segue o princípio que diz que se as propriedades do ser linguístico – a forma fônica (som) e o sentido – não permitem discernir as unidades, então deve-se considerar que há somente uma (*Ibid.*, 81). Para a psicanálise, nesse caso há apenas uma unidade e uma indecidibilidade – e um recalque do inconsciente por Benveniste³⁷.

O problema quanto à decisão sobre o significado de um elemento, ou sobre a interpretação, é apontado por Freud bem claramente nesta passagem:

Ao se interpretar qualquer elemento onírico, é em geral duvidoso:

(a) se ele deve ser tomado num sentido positivo ou negativo (como uma relação

³⁶ “Chamaremos de grafo ou rede o ternário *vértice, aresta e função*, tal que a cada aresta lhe correspondam dois vértices assim como a função específica que [pela qual] estes estejam unidos” (EIDELSZTEIN, 1992: 130).

³⁷ O que é sugerido pelo título do capítulo “Sentidos opostos e nomes indiscerníveis: K. Abel recalcado por Benveniste” (*Ibid.*: 65). Karl Abel é o filólogo do qual Freud recolhe as descobertas sobre a indecidibilidade nas línguas.

- antitética),
 (b) se deve ser interpretado historicamente (como uma lembrança),
 (c) se deve ser interpretado simbolicamente, ou
 (d) se sua interpretação deve depender de seu enunciado (FREUD, 1900: 373).

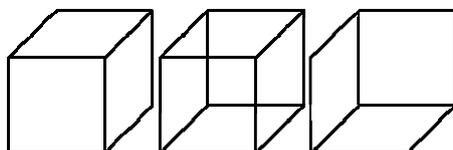
O quadro montado a partir dessas informações é que o sonho e o relato são reduzidos a elementos mínimos: o pensamento inconsciente final a ser liberado ou o desejo do sonho, e o que é relatado na forma de palavras ou o que é descrito do sonho. O problema é que esses elementos – esses uns – não se correspondem: pela condensação, um elemento do sonho encerra vários; e, pelo deslocamento, um elemento valioso pode se travestir de desvalido e *vice-versa* (MILNER, 2003: 70).

Essa não correspondência não implica de modo algum que fique abolida a ideia de que há o Um, pois é essa ficção mesma que move a interpretação, sendo o seu alfa e seu ômega (*Ibid.*: 71):

Contudo, apesar de toda essa ambiguidade, é lícito dizer que as produções do trabalho do sonho, que, convém lembrar, *não são feitas com a intenção de serem entendidas*, não apresentam a seus tradutores maior dificuldade do que as antigas inscrições hieroglíficas àqueles que procuram lê-las (FREUD, 1900: 373).

Então, “enquanto o trabalho do sonho consiste somente em projetar sobre um plano único, denominado representação do sonho, pacotes de Uns múltiplos e sem correspondências” (MILNER, 2003: 70), o poder depositado no dispositivo sustenta a crença de que, seguindo a trilha apontada por cada elemento de significado indecível, será encontrada a verdade que devolverá a compreensão de todo o texto e liberará o paciente definitivamente de seu sintoma. Faz parte da coisa acreditar que o significado é indecível *somente por um instante*.

Como vimos, mais do que uma profundidade, o inconsciente é a “qualidade” de um elemento. Não estamos mais perdidos: um elemento é inconsciente quando não conseguimos decidir o seu significado, tal como no caso do cubo de Necker: a figura central é dúbia, e fica-se entre escolher, tomando-a como um cubo, se este está como visto de cima e pela direita (o da esquerda) ou por baixo e pela esquerda (o da direita).



Esse efeito de ilusão imaginária ilustra a vacilação diante de um significante que localiza o inconsciente (SKRIABINE, 1997: 94)³⁸. Em um discurso coerente – sobre o sonho ou o sintoma –, a vacilação surge questionando a ligação entre dois significantes, ligação que fixava seus significados e produzia um sentido que por sua vez a realimentava:

$$S_1 \rightarrow S_2 \Rightarrow S_1 // S_2$$

Mesmo que devendo ser realizada com delicadeza, toda interpretação é desrespeitosa com aquele senhor que, na fala do paciente, comanda a repetição (MILLER, 2000b: 50). A interpretação assume a estrutura de um “você o disse” (MILLER, 2005b: 39) e, assim, a de um corte: se o paciente diz “se S_1 então S_2 ”, a interpretação deve fazer cair o “então” no seu colo, abrindo as várias possibilidades para o “se S_1 ...”. Ela propicia o paciente escutar os fonemas que emitiu, desmentindo ou tomando distância daquilo que disse (*Ibid.*: 40). A verdade mora ali na fresta do discurso, em suas arestas:

Quer fujais de mim no embuste, quer penseis apanhar-me no erro, junto-me a vós no equívoco contra o qual não tendes refúgio. Ali onde a fala mais cautelosa exhibe um ligeiro tropeço, é para com sua perfídia que ela falta, divulgo-o agora, e daqui em diante não será nada fácil agir como nada houvesse [...]. (LACAN, 1955: 411)

Coube a Lacan então questionar o tempo fixo das sessões analíticas, uma vez que o final da sessão é ele mesmo um corte: se o analista deve renunciar ao poder de intervir como senhor em uma análise, esta sua não ação encontra um limite entretanto no dever mesmo de decidir o momento oportuno da interpretação, tendo como base puramente o desenvolvimento lógico interno do discurso do paciente e não o tempo cronológico como uma determinação externa (*Ibid.*: 314). Desconsiderar esse detalhe é correr o risco de se mutilar o discurso

³⁸ Efeito igual é obtido pelo artista gráfico holandês Maurits Cornelis Escher através de suas xilogravuras, litografias, *etc.*; Escher foi um especialista em representar construções impossíveis, explorar a infinitude e padrões entrecruzados que se metamorfoseiam em formas completamente diferentes (ladrilhamento). Sobre sua obra, disse: “Talvez eu esteja sempre em busca do espantoso”. Pudemos apreciar seu trabalho na exposição “O Mundo Mágico de Escher”, que visitou o Centro Cultural do Banco do Brasil, Rio de Janeiro, entre os dias 17 de janeiro e 27 de março de 2011. A frase citada encontra-se no Catálogo da exposição.

do paciente após cinquenta minutos, com suas consequências para o tratamento³⁹.

Se a interpretação “abre, na fala, um espaço novo” (MILLER, 2005b: 40), ela abre um espaço e isso é cavar um vazio: já podemos então dizer que *a interpretação visa a produção do sujeito do inconsciente (\$)* assim como definido no Capítulo 1. Nas palavras de Lacan: “esta é a responsabilidade do analista, sempre que ele intervém pela fala: reconhecer o paciente como sujeito” (LACAN, 1953/1998: 301). Esse vazio é o lugar que sustenta “a propriedade que tem a fala de fazer ouvir o que ela não diz” (LACAN, 1953b: 269), lugar onde se inscreverá o material significativo da resposta do paciente, na mesma ou em outra sessão.

O surgimento disso que ela não diz em forma de novas associações e lembranças confirmam a interpretação *a posteriori*, o seu sucesso. Interpretar, decifrar, sempre será produzir mais enigmas que deverão ser, a sua vez, interpretados e decifrados (BASSOLS, 2001: 13), infinitamente. Freud apontou a inesgotabilidade dos sonhos quanto à interpretação, orientando os analistas a porem de lado a análise de um sonho tão logo surja novo material, cuja análise não deve ser então negligenciada (FREUD, 1911: 101-103). Essa inesgotabilidade não se dá só pela limitação de tempo da sessão:

Mesmo no sonho mais minuciosamente interpretado, é frequente haver um trecho que tem de ser deixado na obscuridade; é que, durante o trabalho de interpretação, apercebemo-nos de que há nesse ponto um emaranhado de pensamentos oníricos que não se deixa desenredar e que, além disso, nada acrescenta a nosso conhecimento do conteúdo do sonho. Esse é o umbigo do sonho, o ponto onde ele mergulha no desconhecido. Os pensamentos oníricos a que somos levados pela interpretação não podem, pela natureza das coisas, ter um fim definido; estão fadados a ramificar-se em todas as direções dentro da intrincada rede de nosso mundo do pensamento. É de algum ponto em que essa trama é particularmente fechada que brota o desejo do sonho, tal como um cogumelo de seu micélio. (FREUD, 1900: 556-557)

Temos assim, no umbigo do sonho, um ponto de interrogação quanto ao significado que leva a marca do sujeito do inconsciente. O desejo, localizado no umbigo, é a figura mesma do sujeito que, surgindo na hiância produzida pela equivocação de uma identificação – uma alienação –, permite que um significativo peça sempre outro em seu auxílio no estabelecimento de nova significação em busca da verdade final, que sempre escapa:

³⁹ “A indiferença com que o corte do timing interrompe os momentos de pressa no sujeito pode ser fatal para a conclusão rumo à qual se precipitava seu discurso” (LACAN, 1953: 315).

Entrai na liça ao meu chamado e gritai à minha voz. Ei-vos já perdidos, eu me desdigo, desafio-vos, esquivo-me: dizeis que me defendo (LACAN, 1955: 412).

Deixa, porém, como rastro, um vazio.

Pegamos um exemplo de interpretação de Bassols (2001: 15-16), quando este recebe um menino após conversar com sua mãe. Como na Espanha é raro a mulher utilizar o sobrenome do marido, quando o menino se apresenta o analista pergunta do porque dele utilizar o sobrenome da mãe, o mesmo que esta havia utilizado em seu encontro com o analista. Havia um detalhe no entanto ignorado pelo analista: o sobrenome do pai e o sobrenome de solteiro da mãe eram os mesmos e então o menino os carregava duplamente: algo como se chamar “José Silva Silva”. O menino responde: “é que meu pai se chama como minha mãe... e é por isso que me chamo como ela”.

A pergunta funcionou como interpretação, esta mesma um duplo mal entendido: tanto para o menino quanto para o próprio analista. Se o segundo conhecesse a história familiar talvez ele não tivesse feito a pergunta que possibilitou surgir na análise, e para o paciente, a indecidibilidade quanto aos sobrenomes, que são ao mesmo tempo iguais (materialmente) e diferentes (há o do pai e há o da mãe) – revelando uma propriedade típica do significante. “É que meu pai se chama como minha mãe...”: o significante do pai não é igual nem a si mesmo, pois, segundo a fala do menino, revela uma indecidibilidade no próprio pai quanto ao sobrenome que este utiliza ao se apresentar. O mal entendido fez “aparecer algo da verdade entretecida nele [significante], sabendo que essa verdade nunca poderá revelar-se de todo” (*Ibid.*: 14).

Dessa forma, a incompletude da interpretação é sua condição mesma, uma vez que uma interpretação que se pretenda completa – a qual o paciente a ela só reaja com um “é isso!” – não toma o paciente como sujeito: este modelo constitui bem mais o discurso do analista como aquele que sabe e que exerce o poder de dizê-lo ao paciente. A confirmação que a interpretação alcançou os seus objetivos é realizada *a posteriori* através da produção (direta) de mais lembranças ou associações, o que dá à interpretação a estrutura de metonímia: promovendo o relaxamento do sentido cristalizado do discurso do paciente, libera os elementos da fala para que se estes se apresentem como na combinatória matemática que

apresentamos no Capítulo 1, e que permite o surgimento das associações. Se a fórmula da metonímia foi dada por Lacan como sendo:

$$f(S...S') S \cong S (-) s$$

é porque o deslizamento significante (S...S') é que permite a instalação da falta-em-ser (\$) que sustenta o desejo e reenvia a significação “mais para a frente” (-s) (LACAN, 1957: 519). Caso contrário, o tratamento se vê ameaçado por insuficiência de material que é o seu motor.

A interpretação, então: questiona os sentidos pré-estabelecidos do discurso do paciente equivocando as ligações significantes que os suportam; instaura assim um vazio de significação e evidenciam um indecidibilidade momentânea quanto à significação desses significantes que faz com que novas associações sejam produzidas.

3.2

Da interpretação à construção

Não demorou realmente muito, após o desenvolvimento do método, para que Freud percebesse que a interpretação, se permitia o desfazimento de alguns fenômenos sintomáticos, no entanto não erradicava com facilidade a doença:

No decorrer dos anos, um sintoma pode alterar um de seus significados ou seu sentido principal, ou então o papel principal pode passar de um significado para outro. Há como que um traço conservador no caráter das neuroses: uma vez formado, se possível, o sintoma é preservado, mesmo que o pensamento inconsciente que nele encontrou expressão tenha perdido seu significado. (1905[1901]: 58)

Após vinte e cinco anos de psicanálise, porém, já se fazia sentir a infinitização da interpretação, a dificuldade de se erradicar o sintoma se transformando em dúvida quanto à sua possibilidade mesma:

Deve-se temer que nossa necessidade de encontrar uma ‘causa última’ simples e tangível da doença neurótica permaneça insatisfeita. A solução ideal, pela qual os médicos ainda anseiam, seria descobrir certo bacilo que pudesse ser isolado e cultivado numa cultura pura e que, quando injetado em alguém, invariavelmente

produzisse a mesma doença; ou, expressando-o de forma um tanto menos extravagante, demonstrar a existência de certas substâncias químicas cuja administração provocasse ou curasse neuroses específicas. Mas a probabilidade de uma solução dessa espécie parece pequena. (FREUD, 1926[1925]: 149)

A perseguição ferrenha de uma lembrança que viesse dar um sentido último para os sintomas foi notória no caso do Homem dos Lobos (FREUD, 1918[1914]: 31), mas não se mostrou promissora. Reconhece-se que a análise, quanto à interpretação, promove uma redução dos significantes a um conjunto pequeno (MILLER, 1998: 44), a um núcleo composto de fragmentos de lembranças, e também a insistência desses elementos na fala do paciente, na mesma medida em que ocorre uma aproximação em relação ao recalcado primário que se mostra assintótica.

Se Freud já tinha tido muito trabalho para manter a psicanálise em seus trilhos, esse estado de coisas não tardou para que se desse o descrédito com relação a um tratamento levado a cabo somente com palavras. Para os analistas dessa época, qualquer coisa valia mais do que o discurso do paciente, a observação do comportamento do paciente sendo valorizada em detrimento da escuta, na busca por algo que fosse mais real do que o discurso (MILLER, 2000a: 36). Lacan aponta também essa ilusão de se buscar a realidade do sujeito para além da linguagem, uma vez tomada esta como um muro (LACAN, 1953: 309). Se coube a ele retomar em seu momento a obra de Freud para alavancá-la foi para insistir que não há outro campo para a psicanálise que o da linguagem e que permanecer nele implica em não tomar o não dito nos furos do discurso “como pancadas desferidas atrás do muro”, como ruídos. Estes analistas da observação se posicionavam como mestres, como detentores do saber sobre o sintoma e suas intervenções levavam a marca da sugestão, não sendo por acaso que foram eles que promoveram a análise das resistências – resistências que eles mesmos promoviam: eles diziam sim, e o paciente, não (MILLER, 2000a: 37).

Mas como manter-se dentro da linguagem e avançar sobre o núcleo do sintoma? É uma questão de saber qual o fator na causação dos sintomas que pode ser responsável por essa infinitização. Freud, em suas Conferências introdutórias XXII (1917a) e XXIII (1917b) discorre sobre a evolução da função libidinal, tentando reunir em uma única fórmula os fatores em jogo no surgimento e na manutenção dos sintomas neuróticos. Afirma que uma vez vendo-se frustrada em

seu objetivo de obter satisfação, durante seu caminhar em direção a um suposto desenvolvimento genital completo, a libido se recolheria em pontos de “fixação”, aqueles onde ela já haveria investido e deixado ali um resto⁴⁰.

Colocada a coisa dessa forma, podemos deixar de tratar com uma realidade libidinal complexa, que envolve combinações possíveis – no tempo – entre diferentes formas de investimento (organização libidinal) e de tipos de objeto investido (*Ibid.*: 345), para considerarmos apenas dois fatores. A fixação apresenta-se como fator interno, constitutivo, e a frustração como fator externo, ligado à experiência. Esses dois termos, segundo Freud, entram na causação da neurose como uma “série complementar” (*Ibid.*: 351), ou “série etiológica” (*Ibid.*: 352): quanto mais de um, menos de outro e *vice-versa*.

Entretanto podemos ler a série complementar de uma forma especial. Uma leitura fácil poderia levar-nos a considerar que esses fatores têm o mesmo peso ou que respondem por cinquenta por cento na causação. Da mesma forma, podemos aceitar o caráter “cronológico” da montagem, vendo a fixação como restos do passado ou como lugar ao qual se retorna, ou ainda pensar tratar-se aí de uma topologia onde o externo pudesse ser traduzido simplesmente como um “fora” objetivo.

A leitura lacaniana nos permite, ao contrário, eliminar essa cronologia simples e equacionar todos esses elementos no presente, localizando-os em uma estrutura em ação⁴¹. Assim, podemos substituir o “em-si frustrante” no mundo externo por uma “sensibilidade à frustração”, que dá à frustração um caráter ou um determinante subjetivo, que sublinhamos. Freud parece marcar que *o trauma ou o vivido traumático é menos objetivo, menos o acontecimento, e mais alguma coisa nesse acontecimento, alguma coisa que define-se a partir das fixações que cada um apresenta*. Então, sem negarmos a importância que possui na obra de Freud a realidade como externa, podemos dizer que *o trauma não é sem relação com as fixações*, assim como marcamos que o objeto *a* não é sem relação com a estrutura como feita de significantes, como uma conta-por-um.

⁴⁰ A fixação se dá nas “atividades e experiências da sexualidade infantil, nas tendências parciais abandonadas, nos objetos da infância que foram abandonados” (FREUD, 1917b: 363).

⁴¹ A estrutura da forma como a apresentamos nos capítulos anteriores: uma conta-por-um e algo mais. Também: “Estrutura, portanto, é o que localiza uma experiência para o sujeito que ela inclui” (MILLER, 1996b: 11).

Isso corresponde a dizer que o real com o qual o homem lida não é a realidade, o que explicaria também o porque da psicanálise não ter assumido uma orientação que visaria a garantir, objetivamente, experiências suficientemente boas como um tratamento profilático (MILLER, 1994: 19). Se Freud afastou-a da tarefa de desenvolver uma sociologia do trauma é porque teria percebido que o trauma é estrutural e que não se pode evitar que se adoça. É o que depreendemos dos casos limite que relata:

Essas pessoas em consequência do singular desenvolvimento de sua libido, teriam adoecido de qualquer maneira, quaisquer que tivessem sido suas experiências e por mais que suas vidas tivessem sido protegidas. No outro limite [...] estão os casos que [...] deveriam supor tivessem certamente escapado de adoecer, se as suas vidas não os tivessem conduzido a essa ou àquela situação. (*Ibid.*: 350)

A eliminação do fator externo objetivo puro como causador dos sintomas é corroborado pela leitura de *Análise terminável e interminável* (FREUD, 1937a) realizada por Miller (1994). Freud coloca diferentes posições do eu com relação aos fatores de causação das neuroses. Para os externos e contingentes, o que há é uma decisão de fuga: nesse caso, uma análise pode encontrar um termo pela retomada dessa decisão e escolha de um novo caminho (*Ibid.*: 22). Mas, quando a causa é interna e constitucional, que ele localiza na pulsão, o eu se defende e, nesse trabalho, se deforma em virtude do fator quantitativo que não consegue dominar, dele dando cabo através da afirmação da existência da realidade desprazerosa mas também da sua inexistência, que permanece como um resto que justifica o não término das análises (*Ibid.*: 21).

A questão central aqui é que Miller coloca que “a neurose puramente traumática é uma ficção ideal” (*Idem*) e que o mau encontro é o encontro com o gozo, pelo que “os dois termos de traumatismo e pulsão não fazem mais do que um”. A pulsão é esse traumatismo inevitável e tomado como externo porém não objetivo, característica que confere com a “localização” um tanto paradoxal dada por Freud que, sem os recursos topológicos dos quais dispôs Lacan, a apresentou como um conceito situado na fronteira entre o mental e o somático, representante psíquico de estímulos percebidos como vindos de fora do psiquismo (FREUD, 1915b: 127).

3.3

Construção e objeto

A vida mora no intraduzível.
Marcus André Vieira, 2009: 31.

Olhemos de perto o que Freud diz em *Construções em Análise* (1937b) ajudados pela leitura de Miller (MILLER, 1996a).

Se Freud lança mão da construção diante de uma lembrança que permanece inacessível, é importante notar de saída a dificuldade de se conciliar a diferença de natureza que há entre o recalco tomado como uma lembrança escondida e tomado como um resto pulsional. Esse é mesmo o paradoxo da construção, percebido já quando Freud diz que o psicanalista difere do arqueólogo em seu trabalho de reconstituição pois que no objeto que manipula tudo encontra-se preservado: “está tudo ali”, no inconsciente nada se perde (FREUD, 1937b: 277-278); e quando diz que, por outro lado, nem tudo pode retornar como lembrança:

O caminho que parte da construção do analista deveria terminar na recordação do paciente, mas nem sempre ele conduz tão longe. Com bastante frequência não conseguimos fazer o paciente recordar o que foi reprimido (*Ibid.*: 284).

O analista completa aquilo que foi esquecido pelo paciente tomando como matéria-prima os fragmentos de lembrança recolhidos pelo método interpretativo. Freud comunicava esta construção aos pacientes (*Ibid.*: 276) e verificava o seu sucesso – como tudo na psicanálise – por seus efeitos, ou seja, *a posteriori*. Mas o assentimento dado pelo paciente à construção não é verificado através do “sim” ou “não” presentes em sua resposta (*Ibid.*: 280). Dado que no cálculo do analista está a resistência, nem a afirmação nem a negação conscientes podem ser tomadas como signos de que se fisgou o recalco⁴². Ou seja, não se trata de uma confirmação obtida por suas “elocuções diretas” mas uma que se atém mais ao que surge lateralmente na resposta, na forma de material produzido posteriormente pelo paciente e que se ajusta ao que foi construído.

⁴² “Um ‘não’ provindo de uma pessoa em análise é tão ambíguo quanto um ‘sim’” (*Ibid.*: 281).

Esse descrédito pelo assentimento direto levou a psicanálise a ser acusada de arranjar as coisas para sempre ganhar, uma vez que independentemente da resposta do paciente, o analista está sempre certo. Ao contrário, sobre isso Miller lembra que são os pacientes que estão sempre errados em virtude da relação que a consciência mantém com o recalçado, e que, quanto às críticas:

Nós estamos muito longe da discussão com o professor sábio que pensa que tudo se passa entre os seres humanos em termos de debates: eu digo sim, eu digo não, é verdade, não é verdade. Aí, isso se passa no corpo: estar bem, estar mal, angustiado (MILLER, 1996a: 101).

Essa colocação nos informa que a verificação da construção leva em consideração um elemento de ordem distinta. Antes de desenvolvermos esse ponto, nos remetemos ao fato de que a construção produz no paciente a convicção segura da verdade do construído, com efeito equivalente à rememoração da lembrança (FREUD, 1937b: 284). O argumento de Freud contra a sugestão que pode se apontar aí é o que já damos ao conhecimento: o assentimento do sujeito não é retirado de sua “inteireza”, mas de sua divisão entre uma resposta direta e outra indireta (MILLER, 1996a: 98). Retornando ao trecho que comentávamos, percebe-se ali que a afirmação indireta evidencia um elemento de qualidade pulsional que foi mobilizado pela construção, capturado. Resta saber qual a relação que pode ter um substituto imperfeito com o recalçado do qual ele assume o mesmo valor.

O que apresentamos condiz com a definição de Lacan de que “*a interpretação [...] deve introduzir na sincronia do significante algo que subitamente torne possível a tradução*” (LACAN, 1953: 593), que torna inevitável que apontemos as diferenças que há com relação à utilização dos termos interpretação e construção por Freud e por Lacan. Assim, apesar de Lacan respeitar esse binário, há sim as construções do analista que se discutem em supervisão e que guiam o tratamento, mas que não são comunicadas aos pacientes; e há as que tratamos aqui, as que constituem tarefa, trabalho, e, sendo assim, são produto do paciente ou do dispositivo (MILLER, 1996a: 98). Por isso, em Lacan encontraremos esse binário fundido no termo geral interpretação.

Seguimos Vieira (2009) em seu comentário dessa definição quando diz que “talvez aqui fosse melhor, em lugar de falar em tradução ou interpretação,

usar o termo construção, como faria Freud” (*Ibid.*: 34). Fazendo a analogia entre o trabalho do analista e o do tradutor, aponta as diferenças nas línguas que fazem consistir o que há de impossível nas traduções, que chamamos de recalco. Sabemos como traduções literais ou as muito livres tem, cada uma, o seu preço. O emparelhamento de significantes, uma tradução pelo dicionário – do tipo mecânico que se obtém através de alguns sítios virtuais – não é nada interessante (*Ibid.*: 31). A que apela para neologismos, forçando a língua onde esta não encontra um bom equivalente, transmite um pouco mais de vitalidade, embora corra o risco de perder o contato com o texto original.

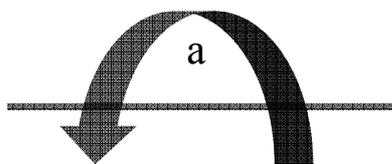
A construção permite que o paciente traduza o intraduzível de seu sintoma, permite que ele agarre sua singularidade concentrada ali, e isso passa não por dizer o indizível – o que envolveria a surpresa presente na interpretação – mas, continuando para sempre não dito, sua presença no entanto se transforma: a certeza de que o que foi construído carrega, encarna, a singularidade do sujeito (*Ibid.*: 33-34). E isso tem um efeito pacificador. Isso que é introduzido “ressoa” e situa *a posteriori* essa singularidade, ou seja, às lembranças é somada a certeza de que, ali, se é.

Se Freud, como vimos, concluiu que há sempre uma exigência pulsional ineliminável, a construção visa a que esta passe a ter valor lógico para o sujeito (AMP, 2005: 51). *O que a construção inclui – e diríamos com Badiou – como “parte” é esse elemento irracional que definimos como objeto a: incluído paradoxalmente como extraído.* A construção é assim formada com pelo menos alguma coisa que não é um elemento significante. O resto pulsional é recolhido, situado, em torno desse furo lógico equivalente à sua extração. Dessa forma, a presença angustiante do pulsional em *excesso* (em outros termos, a presença angustiante do objeto *a*), é reduzida até a sua inclusão lógica na vida do paciente (em outros termos: a extração do objeto). Essa aproximação é delicada uma vez que se trata de incluir aquilo que – como já vimos em vários momentos – é justamente o que ameaça a integridade do “texto” do paciente: como uma nota de rodapé que, em tensão com o texto, pode encarnar seu subterrâneo pulsante conferindo-lhe vida ou pode, quando utilizada indiscriminadamente utilizada em demasia, dissolver o texto em um incompreensível (*Ibid.*: 39).

Podemos dizer, com Lacan via Miller (1996a: 101-102), que a construção apresenta a estrutura da metáfora. Sua fórmula é dada por:

$$f\left(\frac{S'}{S}\right) S \cong S (+) s$$

E então é a substituição de um significante por outro (S por S') que permite que seja produzido um efeito de significação (+s) pela transposição da barra que funciona como resistência à essa produção (LACAN, 1957: 519). A leitura aqui é a de que o substituto é a construção (S') que, vindo no lugar da lembrança recalcada produz o efeito de certeza de que se agarrou alguma coisa. Essa coisa é o objeto a, que surge de forma retroativa como mostramos:



É dessa forma que então a voz singular do autor, uma das formas do objeto a (LACAN, 1962-63: 266ss), pode ser traduzida: o texto do eu a verá chegar e a ser nele incluída; só que, por sua natureza, ela cobra que isso se dê ao preço de um ângulo, o caminho enviesado que passa pelo analista (MILLER, 1996a: 106). Deduzimos daí que o analista, do ponto de vista da tradução, ocupa uma posição que deve sustentar, catalisar em torno de si, esse resto pulsional que é também motor da análise. Para isso ele deve:

cuidar para que o sofrimento do paciente, em um grau de um modo ou de outro efetivo, não acabe prematuramente. Se, devido ao fato de que os sintomas foram afastados e perderam o seu valor, seu sofrimento se atenua, devemos restabelecê-lo alhures, sob a forma de alguma privação apreciável; de outro modo, corremos o perigo de jamais conseguir senão melhoras insignificantes e transitórias. (FREUD, 1919[1918]: 176)

E, em sua relação com o médico:

o paciente deve ser deixado com desejos insatisfeitos em abundância. É conveniente negar-lhe precisamente aquelas satisfações que mais intensamente deseja e que mais importunamente expressa. (*Ibid.*: 178)

É assim que o analista não se propõe como um objeto-semelhante, mas como objeto *a*. Se ele não pode responder desde a posição de um objeto da fantasia do paciente, o analista é de certa forma um objeto traumático, a possibilidade da análise sendo “uma questão de saber que cota de libido não-utilizada a pessoa é capaz de manter em suspensão” (*Ibid.*: 376).

Riobaldo, personagem de Guimarães Rosa, ilustra bem o que está em jogo na construção, e por conseguinte na análise em seu término:

Agora tiro sua atenção para um ponto: e ouvindo o senhor concordará com o que, por mesmo eu não saber, não digo. Pois foi – que eu escrevi os outros versos, que eu achava, dos verdadeiros assuntos, meus e meus, todos sentidos por mim, de minha saudade e tristeza. Então? Mas esses, que na ocasião prezei, estão goros, remidos, em mim bem morreram, não deram cinza. Não me lembro de nenhum deles, nenhum. O que eu guardo no giro da memória é aquela madrugada dobrada inteira: os cavaleiros no sombrio amontoados, feito bichos e árvores, o refinim do orvalho, a estrela-d’alva, os grilinhos do campo, o pisar dos cavalos e a canção do Siruiz. Algum significado isso tem?” (ROSA, 2001: 137-138).

O efeito de novas descobertas permitido pelo acesso a novo material, que pode se traduzir no que se conseguiu avançar sobre o sintoma, é muito importante mas não é o crucial nem uma análise, não dão em cinza. O recorte da linguagem em significante e significado é uma abordagem parcial (MILLER, 1993a: 271), o efeito de verdade não é tudo “porquanto se trata de modificar o modo de gozar e não somente seu modo de entender” (*Ibid.*: 270). É com isso que gira em sua cabeça, esses restos, que Riobaldo jogaria a sua partida decisiva, se um dia visitasse um divã – quando poderia ver que eles fazem parte da vida “não como sua limitação, seu oponente inseparável, mas como sua própria substância” (VIEIRA, 1999: 46).

3.4

Interpretação ◊ construção

O trabalho até esse momento considerou uma divisão estanque entre interpretação e construção, que agora revisamos. Essa foi uma separação didática, lógica, realizada a partir da estrutura do enunciado do que se diz e de seus efeitos. Queremos agora mostrar que ao nível do enunciado puro essa relação é mais complexa, podendo-se mesmo dizer que as diferenças se anulam ou que trata-se,

na interpretação e na construção, de dois aspectos diferentes de uma mesma ação: assim como fizemos para o sujeito e o objeto a. A interpretação e a construção manteriam entre si a mesma relação quaternária.

Um motivo mais simples que revela a ficção de nossa escolha é o fato de que o próprio Freud diz que a construção é levada a cabo juntamente com a interpretação, não se caracterizando por ser um trabalho preliminar:

O analista completa um fragmento da construção e o comunica ao sujeito da análise [...] constrói um outro fragmento a partir do novo material que sobre ele se derrama, lida com este da mesma maneira e prossegue, desse modo alternado, até o fim (1937b: 279).

Dessa forma, colocar a interpretação como anterior à construção tem a sua lógica, mas há o fato de que as interpretações são guiadas pelas construções que o analista faz do caso, e também o de que as construções permitem a produção de novo material – o que por si só exige a relativização dessa nossa posição.

Mas o que introduz uma reviravolta na relação entre lembrança e construção é o fato de que toda lembrança carrega uma construção em seu interior – e porque não dizer: em seu “anterior”. Se olharmos mais de perto a estrutura em jogo na certeza provocada pela construção, veremos que trata-se de uma certeza antecipada, uma vez que esta está na origem mesma da construção materializada na inclusão do objeto – inclusão de uma extimidade. Dizer que é o paciente que constrói não muda isso em nada, uma vez que este antecipará a certeza em si mesmo:

O juízo assertivo manifesta-se aqui por uma ato. O pensamento moderno mostrou que todo juízo é essencialmente um ato [...]. O que constitui a singularidade do ato de concluir [...] é que ele se antecipa sua certeza, em razão da tensão temporal de que é subjetivamente carregado, e que, sob a condição dessa mesma antecipação, sua certeza se confirma numa precipitação lógica que determina a descarga dessa tensão (LACAN, 1945: 208-209).

A certeza da construção é anterior ao objeto que ela possibilita que surja como excluído, exclusão que confirma a certeza da construção: *a posteriori*. Insistimos então no ponto que já apresentamos no item anterior: a consequência do que foi dito é que esse objeto “não estava lá”, não é “desencavado”, é construído ao longo do tratamento mas dado num só golpe:

Não estamos na ordem do pouco a pouco, senão do de repente, da surpresa, que é a modalidade temporal da descontinuidade. Desde essa perspectiva, não há efetivamente nenhuma aprendizagem, nenhuma progressão senão um só grau, se pode dizer: o máximo, sem reserva e de imediato [...] não é “algo que se obtém por um desprendimento lento de um envoltório. Tampouco é uma indução, senão uma revelação (MILLER, 2010: 140).

O “ao longo” é o tempo envolvido no recolhimento das lembranças. Surpresa e repetição de enodam aqui: a primeira está ligada tanto ao momento de questionamento de um sentido cristalizado quanto à revelação final da certeza; a segunda está envolvida em que o que vai sendo obtido, o material sobre o qual trabalha as próximas intervenções, insiste e leva a marca do recalcado de ser algo “familiar”: “o encontro do objeto é, na verdade, um reencontro” (FREUD, 1905: 210).

Essa dimensão do *a posteriori* se opõe à ideia de uma inconsciente como memória onde tudo está escrito e definido e que basta ler, quando verificamos que verdade histórica não é suficiente para dar conta da lembrança, porque “a significação, a verdade do que aconteceu num ponto do passado depende de um fato que pertença a seu futuro. É a partir do futuro que um fato do passado recebe seu sentido” (MILLER, 1996a: 99). O recalcado é, ele mesmo, cernido pelo ato da construção.

Uma vez ficando patente que uma lembrança não é um traço bruto mas uma lembrança “trabalhada”, podemos definir a relação quaternária que essa mantém com a construção:

Implicação recíproca. Da infinitização intrínseca ao método interpretativo e da estrutura do tratamento analítico proposto por Freud, temos que lembranças alcançam seu limite em uma construção, no sentido de que se pelo menos uma lembrança não vem, as lembranças “pedem” uma construção. De forma que, para a psicanálise, a existência de lembranças implica necessariamente na existência de construções. (*lembranças* ➤ *construções*). Inversamente, não é possível construir sem tomar as lembranças como sua matéria-prima necessária, de modo que se há construções é por que há fragmentos de lembrança (*construções* ➤ *lembranças*).

Conjunção-disjunção. Vimos nos itens anteriores como a construção vale por uma lembrança que não vem, como ela é um substituto que a convicção faz assumir o valor do recalcado originário. A diferença entre lembrança e construção

vai mesmo tendendo a zero quanto mais nos aproximamos da verdade (MILLER, 1996a: 99), de maneira que há como dizer que há uma interseção entre elas (*construções* \wedge *lembranças*). O caso oposto é mais fácil, uma vez que é o mais intuitivo: lembrança e construção são incompatíveis na medida em que a revelação do aspecto construído de uma lembrança faz, pelo menos ao senso comum, que esta perca a sua estabilidade ou o seu valor para o sujeito, valor que é muito sustentado pela assunção de que a lembrança é uma verdade histórica (*construções* \vee *lembranças*).

A partir desse pensamento podemos exercitar e, pensando ainda na forma oposicional, tomar o recalcado como polo oposto: puro construído sem nenhum caráter de lembrança. Entendemos então o movimento da análise, uma vez que a evocação do recalcado permite que coisas emergjam com valor de lembrança ao mesmo tempo em que é revelado o caráter ficcional daquilo que já é tomado como lembrança.

Uma vez que as lembranças são produzidas pela interpretação da forma como a definimos, podemos escrever a relação entre a interpretação e a construção como sendo, finalmente: *interpretação* \diamond *construção*.

Assim sendo, tomadas em oposição, a interpretação e construção podem ser consideradas como dois aspectos de uma mesma intervenção. A primeira sustenta-se no analista como um sujeito que sabe sobre o sintoma (sujeito suposto saber), visa a instauração de um vazio de significação jogando contra o significado (metonímia) que relança sempre a verdade, confirma-se através da produção direta de novos significantes, e envolve a surpresa e a dúvida. A segunda, sustenta-se no analista como um objeto que catalisa e mantém um resto pulsional, instaura ou inclui algo que não é do campo da significação produzindo uma certeza (metáfora), e confirma-se indiretamente.

Tomadas como se relacionando quaternariamente, são todas essas coisas ao mesmo tempo e no mesmo lugar.

Conclusão

Essa dissertação se propôs a olhar mais de perto a experiência analítica através da proposta inicial de uma divisão da prática entre interpretação e construção enquanto que respeitou uma separação epistemológica entre sujeito e objeto *a*. Verificou que o conceito de sujeito está intimamente ligado à interpretação, sendo o que ela visa instaurar, enquanto que a construção encontra no objeto *a* aquilo que ela inclui enquanto excluído. Visou com isso marcar a especificidade da psicanálise frente às outras propostas terapêuticas que – seja dito – têm maior destaque nas mídias, no social. Dissemos que estas propostas se apresentam como religião ou como ciência.

A religião situa a causa do mal psíquico em outro plano e afirma-a como um intraduzível nessa vida, como forma de pagamento por um pecado original ou como uma etapa de um processo de evolução de grandíssimas proporções. De qualquer forma, se o acerto de contas é adiado para o juízo final, nada se pode fazer contra ele no presente. Se afirma o sujeito, deixa-o entretanto como está.

A ciência propõe outro caminho. Um médico diz: “Tira a roupa! Mostra o corpo!”. Deitado sobre a mesa e anestesiado, o sujeito é reduzido a uma anatomia e a trocas químicas. O campo de que se trata é redutível a elementos materiais. Quando é possível isolar o agente causador, a cura procede por sua eliminação: o modelo utilizado é redutível a uma esfera, onde o “eu”, a saúde, é seu interior, as ameaças vindo desde fora. É um modelo – digamos – paranoico.

Herbert Viana está certo quando diz que o céu de Ícaro é diferente do de Galileu, faltando completar que o último não é mais real do que o primeiro, assim como a paralisia da histérica não é menos real do que aquela para a qual haja uma lesão orgânica. Se a psicanálise compactua com essa visão é porque toma a ciência como mais um discurso sobre o real e não como “o” próprio real – leia-se no último caso: realidade. Se o analista é aquele que troca a visão pela escuta e diz: “Fala!”, é porque reconhece o campo da linguagem como o único campo que se deve levar em consideração para equacionar as questões do homem e que, portanto – e isso é o mais revolucionário –, o real que aflige o homem está nele também incluído.

É revolucionário pois que toma o modelo da esfera não como a realidade das coisas, onde a linguagem é só uma ferramenta utilizada por seres para comunicarem afetos e pensamentos a outros seres ou para referenciar um mundo – onde a essência desses termos é toda dada como anterior ou fora da linguagem, essência biológica ou espiritual. Não, a psicanálise toma-a como efeito, como um caso especial do funcionamento da linguagem.

Se soa estranho que a psicanálise se alinha sob determinado ponto de vista à ciência, é porque para o senso comum esta é ainda a aristotélica, ignorando-se completamente que a revolução que marcou a sua aparição na forma moderna revelou um aspecto da linguagem que vinha sendo recalcado desde a antiguidade: a escrita matemática mostrou que há uma química de sílabas, uma combinatória de elementos significantes que não obedecem a uma ordem cósmica estabelecida desde fora, i.e., os elementos têm seus valores determinados exclusivamente pela posição que ocupam em relação aos outros elementos do conjunto, e, inclusive, jogam contra o estabelecimento do sentido. Se a ciência acabou pondo ordem nessa química infernal para restabelecer um discurso universal sobre as coisas, Freud por seu lado pode apontar que no psiquismo do homem, que é feito desse mesmo tecido, esse funcionamento permaneceu vivo, batizando-o pelo nome de inconsciente.

Se Descartes não se detivesse em sua dúvida hiperbólica talvez não tivesse “jogado a criança fora junto com a água da bacia”, ou melhor, o sujeito, e tivesse reconhecido que o pensamento é ele mesmo a não garantia de se encontrar um “ser” como essência. Como sobrou para a psicanálise, ele mesmo poderia ter acolhido o sujeito como esse ponto vazio – esse zero – que surge no plano das significações a cada passo que o saber estabelecido é questionado, passo que pela estrutura da coisa é infinitizado.

Se no tratamento analítico essa infinitização não é tão clara ao paciente, é isso mesmo que faz com que ele se ponha a trabalho, supondo um saber no analista que fará, ao nível da interpretação, não mais do que equivocar os sentidos para liberar a fala do paciente que, produzindo novas associações, permitirá obter, em um processo que mostra-se ser de redução, uma cartografia dos fragmentos de lembrança cruciais, “mais próximos” de sua verdade supostamente recalçada.

Sim, porque a interpretação apoia-se na ilusão de que só há o recalque secundário, que o inconsciente é um escondido aguardando ser descoberto.

Mas se uma análise assim levada a cabo não chega a revelar a causa última como uma lembrança é porque, apoiando-nos na teoria dos conjuntos para transmitir essa ideia, podemos dizer que a linguagem, tomada como um conjunto universo, não é redutível a elementos significantes, havendo, em todo conjunto, “múltiplos” – termo propositadamente deixado sem conceito – incluídos como partes. O reforço da ideia de que o real do homem situa-se na linguagem é exemplificado através da emergência do excesso de contagem que surge no paradoxo de Russell e na emergência de números irracionais em cálculos que utilizam números racionais: excesso pulsional que o tratamento pelo entendimento reduz mas não elimina.

É uma construção tecida com os fragmentos de lembrança obtidos no percurso que pode, como um nó, incluir essa parte não discreta permitindo a tradução daquilo que antes era impossível: não em forma de palavras, que sempre serão insuficientes para tanto, mas na de uma certeza de que naquele nó, ele, o paciente, está. É a transformação do valor lógico de algo externo ou interno para algo êxtimo; de ameaça de morte à certeza de que a vida está por ali, pulsando. A construção reconhece o recalque primário por estrutura, e, nesse reconhecimento, transforma o que era limite à análise em abertura para a vida. Com uma dose extra de boa vontade o famoso provérbio “com as pedras que me atiras construirei o meu castelo” pode ser lido, em um sentido contrário ao usual, como uma boa tradução para o *Wo Es war soll Ich werden* freudiano, já que o sujeito acabará “morando” dentro de um nó formado de pedras “atiradas” por aquele que antes era seu “inimigo”.

A psicanálise substitui a relação de oposição dos elementos envolvidos – sujeito e objeto, interpretação e construção, vida e morte, externo e interno, etc. – por um nó complexo de quatro relações – implicação recíproca e conjunção-disjunção – que mostra a insuficiência do modelo da esfera em dar conta da experiência de que se trata numa análise e, por conseguinte, da insuficiência das divisões estanques que fizemos desses termos – divisão que foi entretanto necessária para alcançarmos nosso objetivo. Dessa forma, a barra de resistência à significação que Lacan toma de Saussure, o recalcado como algo escondido atrás

de um muro, enfim, qualquer divisão estanque que seja feita entre termos da psicanálise e que o senso comum coloca como opostos deve ser experimentada como, em verdade, uma relação quaternária.

A relação quaternária não é de modo algum algo intuitivo. Tão logo conseguimos avançar um pouco sobre ela, a força do modelo da esfera faz com que ela nos escape. É preciso então voltar sobre ela, exercitá-la com insistência. Foi esse esforço mesmo que marcou o ensino de Lacan, o de resgatar as indicações na obra de Freud dos paradoxos espaciais e temporais e pô-los novamente diante dos analistas para que estes pudessem reconsiderar a sua decisão de fuga em relação a eles – como disse Freud em *Análise terminável e interminável*. Dizer que o “dentro” e o “fora” e que o “antes” e o “depois” mantêm entre si relações quaternárias é fincar o pé naquilo que de mais radical há no pensamento psicanalítico: como não sentir um nó na barriga quando dizemos que não há lembrança sem construção, que algo surge no exato momento em que dele temos a certeza de ter existido? E o que dizer sobre o efeito casa-de-botão: mal começo a entrar e já estou a sair?

Se esse é sempre um esforço contínuo, esperamos pelo menos ter isolado a questão e chamado a atenção sobre a diferença que há entre a relação de oposição e a relação quaternária.

Avançar sobre as construções mais tardias de Lacan constitui a sequência mais lógica para esse trabalho, no estudo das construções que permitiram equacionar esses paradoxos através de ferramentas mais afeitas à natureza do que se trata e, em especial, os desenvolvimentos sobre lalíngua e sobre os nós borromeanos.

Referências bibliográficas

AMP (1996) **Os poderes da palavra**. Rio: Zahar.

BAAS, B. (2001) Freud, a realidade psíquica e a tentação do transcendental, in **Ágora** (Rio de Janeiro) [online], v. IV, nº2 jul-dez 2001, p.9-23. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982001000200001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23/Jan/2011. doi: 10.1590/S1516-14982001000200001.

BADIOU, A. (1994) Um, dois, três, quatro, e também zero, in **Para uma nova teoria do sujeito**. Rio: Relume-Dumará, pp.95-105.

_____. (1996) **O ser e o evento**. Rio: Zahar: Ed. UFRJ.

BASSOLS, M. (2001) **La interpretación como malentendido**. Buenos Aires: Colección Diva.

BLANCHÉ, R. (1934) **La Notion de fait psychique: essai sur les rapports du physique et du mental**. Paris: PUF.

BLANCO, L. (2007) A Coisa e o objeto a na experiência analítica: o plus ultra e seu nec..., in **Scilicet: os objetos a na experiência psicanalítica** (AMP). Rio: ContraCapa.

BRODSKY, G. (2001) **Fundamentos: Comentario del Seminario 11**. Buenos Aires: ICBA.

CHARRAUD, N. (1997) **Lacan y las matemáticas**. Buenos Aires: Atuel-Anáfora.

COTTET, S. (1987) Penso onde não sou, sou onde não penso, in MILLER, G. (org.) **Lacan**. Rio: Zahar, p.11-23.

DARRIBA, V. (2005) A falta conceituada por Lacan: da coisa ao objeto a. **Ágora** (Rio de Janeiro) [online], v. VIII nº1 jan-jun 2005, p.63-76. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982005000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23/Jan/2011. doi: 10.1590/S1516-14982005000100005.

DARWIN, C. [1859] **A origem das espécies**. São Paulo: Folha de São Paulo, 2010.

DEDEKIND, R. (1901) **Continuity and irrational numbers, in Essays on the theory of numbers**. Chicago: The Open Court.

DIDIER-WEILL, A. (1998) **Lacan e a clínica psicanalítica**. Rio: ContraCapa.

EIDELSZTEIN, A. (1992) **Modelos, esquemas y grafos en la enseñanza de Lacan**. Buenos Aires: Manantial.

FREGE, J.G. [1884] Os fundamentos da aritmética: uma investigação lógico-matemática sobre o conceito de número, in Os pensadores (Peirce/Frege), São Paulo: Nova Cultural, 4ª edição, 1989, pp. 85-166.

_____. [1969] Sobre a justificação científica de uma conceitografia, in **Os pensadores (Peirce/ Frege)**, São Paulo: Nova Cultural, 4ª edição, 1989, pp.77-83.

FREUD, S. (1996) **Edição Standard Brasileira das Obras Completas**. Rio: Imago.

_____. [1893-1895] Estudos sobre a histeria, vol. II, pp.39-316.

_____. [1897] Carta 69, vol. I, pp.309-311.

_____. [1950[1895]] Projeto para uma psicologia científica, vol. I, pp.335-454.

_____. [1900] A interpretação dos sonhos, vol. V, pp.371-700.

_____. [1905] Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, vol. VII, pp.124-231.

_____. [1910] A significação antitética das palavras primitivas, vol. XI, pp.161-166.

_____. [1911] O manejo da interpretação de sonhos na psicanálise, vol. XII, pp.101-106.

_____. [1913] Sobre o início do tratamento, vol. XII, pp.139-158.

_____. [1914a] Recordar, repetir e elaborar, vol. XII, pp.163-171.

_____. [1914[1918]] História de uma neurose infantil, vol. XVII, pp.19-127.

_____. [1915[1914]] Observações sobre o amor transferencial, vol. XII, pp.177-188.

_____. [1915a] O inconsciente, vol. XIV, pp.171-222.

_____. [1915b] As pulsões e suas vicissitudes, vol. XIV, pp.123-144.

_____. [1917a] Algumas idéias sobre desenvolvimento e regressão – etiologia, vol. XVI, pp.343-360.

_____. [1917b] Os caminhos da formação dos sintomas, vol. XVI, pp.361-378.

_____. [1919[1918]] Linhas de progresso na terapia psicanalítica, vol. XVII, pp.173-181.

_____. [1925] Algumas notas adicionais sobre a interpretação de sonhos como um todo, vol. XIX, pp.141-152.

_____. [1926[1925]] Inibições, sintoma e angústia, vol. XX, pp.91-170.

_____. [1932[1931]] A aquisição e o controle do fogo, vol. XXII, pp.183-188.

_____. [1937a] Análise terminável e interminável, vol. XXIII, pp.231-270

_____. [1937b] Construções em análise, vol. XXIII, pp.275-287.

KAPLAN, R. (2001) **O nada que existe: uma história natural do zero**. Rio: Rocco.

KIERKEGAARD, S. (2007) **El concepto de la angustia**. Madrid: Alianza.

KOYRÉ, A. (1982) **Estudos de história do pensamento científico**. Rio: Forense; Brasília: Ed. UnB.

LACAN, J. [1945] O tempo lógico e a asserção da certeza antecipada, in **Escritos**. Rio: Zahar, 1998, pp.197-213.

_____. [1953a] Lo simbólico, lo imaginario y lo real, in **De los Nombres del Padre**. Buenos Aires: Paidós, 2005, pp.11-64.

_____. [1953b] Função e campo da fala e da linguagem, in **Escritos**. Rio: Zahar, 1998, pp.238-324.

_____. [1955] A coisa freudiana ou o sentido do retorno a Freud em psicanálise, in **Escritos**. Rio: Zahar, 1998, pp.402-437.

_____. [1957] A instância da letra ou a razão desde Freud, in **Escritos**. Rio: Zahar, 1998, p.496-533.

_____. [1960] Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano, in **Escritos**. Rio: Zahar, 1998, p.807-842.

_____. [1965] A ciência e a verdade, in **Escritos**. Rio: Zahar, 1998, p.869-892.

_____. [1966] Posição do inconsciente no Congresso de Bonneval, in **Escritos**. Rio: Zahar, 1998, p.843-864.

_____. [1956-57] **O Seminário, livro 4: a relação de objeto**. Rio: Zahar, 1995.

_____. [1959-60] **O Seminário, livro 7: a ética da psicanálise**. Rio: Zahar, 1997.

_____. [1960-61] **O Seminário, livro 8: a transferência**. Rio: Zahar, 1992.

_____. [1962-63] **O Seminário, livro 10: a angústia**. Rio: Zahar, 2005.

_____. [1964] **O Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio: Zahar, 1988.

_____. [1964-65] **Seminário 12, problemas cruciais para a psicanálise**, inédito.

_____. [1965-66] **Seminário 13, o objeto da psicanálise**, inédito.

_____. [1966-67] **Seminário 14, a lógica do fantasma**, inédito.

_____. [1973-73] **O Seminário 20: Mais, ainda**. Rio:Zahar, 2008.

_____. [1978-79] **Seminário 26, A topologia e o tempo**, inédito.

MILLER, J.-A. (1987) Duas dimensões clínicas: sintoma e fantasia, in **Pecurso de Lacan: um introdução**. Rio: Zahar, pp.93-149.

_____. (1990) La sutura: elementos de la lógica del significante, in **Matemas II**. Buenos Aires: Manantial, 2ª edición.

_____. (1992a) Puntuaciones sobre “la dirección de la cura”, in **Conferencias porteñas**, tomo 2, Buenos Aires: Paidós, pp.175-198.

_____. (1992b) Lo que no se sabe, in **Conferencias porteñas**, tomo 2, Buenos Aires: Paidós, 2010, pp.199-202.

_____. (1992c) Desarrollo y estructura, in **Conferencias porteñas**, tomo 2, Buenos Aires: Paidós, 2010, pp.203-208.

_____. (1993a) Adiós al significante, in **Conferencias porteñas**, tomo 2, Buenos Aires: Paidós, 2010, pp.265-282.

_____. (1993b) A saída da análise, in **Opção Lacaniana** nº 7/8, inverno 1993. São Paulo: Eolia, pp.1-5.

_____. (1994) Marginália de Milão, in **Opção Lacaniana** nº 10, abril-junho 1994, São Paulo: Eolia, pp.18-23.

_____. (1996a) Marginália de “Construções em Análise”, in **Opção Lacaniana** nº 17, novembro 1996. São Paulo: Eolia, pp.92-107.

_____. (1996b) **Matemas II**. Rio: Zahar.

_____. (1998) **O osso de uma análise**. Agente (Revista da Escola Brasileira de Psicanálise), Salvador, EBP, número especial.

_____. (2000a) **La transferencia negativa**. Buenos Aires: Tres Haches.

_____. (2000b) Intervención sobre la interpretación, in **Conferencias porteñas**, tomo 3. Buenos Aires: Paidós, 2010, pp.47-53

_____. (2005a) **De la naturaleza de los semblantes**. Buenos Aires: Paidós.

- _____. (2005b) **Silet: os paradoxos da pulsão, de Freud a Lacan**. Rio: Zahar.
- _____. (2005c) Introdução à leitura do Seminário da Angústia de Jacques Lacan, in **Opção** Lacaniana, nº 43. Maio 2005. São Paulo: Eolia.
- _____. (2005d) **Los usos del lapsó**. Buenos Aires: Paidós.
- _____. (2010) **Extimidad**. Buenos Aires: Paidós.
- MILNER, J.-C. (1998) **La obra clara: Lacan, la ciencia, la filosofía**. Buenos Aires: Manantial.
- _____. (2003) **El periplo estructural: figuras y paradigma**. Buenos Aires: Amorrortu.
- PORGE, E. (1994) **Psicanálise e tempo: o tempo lógico de Lacan**. Rio: Campo Matêmico.
- RABINOVICH, D. (2007) **El concepto de objeto en la teoría psicoanalítica: sus incidências en la dirección de la cura**. Buenos Aires: Manantial.
- REGNAULT, F. (2008) Nuestro objeto a, in **Virtualia** #17, enero/febrero-2008. Disponível em <<http://virtualia.eol.org.ar/017/default.asp?opinion/regnault.html>>. Acesso em 10/01/2011.
- ROSA, J.G. (2001) **Grande sertão: veredas**. Rio: Nova Fronteira, 19ª edição.
- RUSSELL, B. (2007) **Introdução à filosofia da matemática**. Rio: Zahar.
- SKRIABINE, P. (1997) La falta en el universo, in **Freudiana** (Publicación de la Escuela Europea de Psicoanálisis de Catalunya) nº 17. Barcelona: Paidós, pp. 93-113.
- VIEIRA, M.A. (1999) Cogitações sobre o furo, in **Ágora** (estudos em teoria psicanalítica, Rio de Janeiro, vol. II nº 2, jul-dez 1999, p.43-52.
- _____. (2008) **Restos: uma introdução lacaniana ao objeto da psicanálise**. Rio: ContraCapa.
- _____. (2009) Da voz no texto: interpretação, tradução e ressonância, in **Arquivos da biblioteca** nº 6, dezembro 2009. Rio: EBP-Rio, pp.29-42.